



cria

CRIANÇA ALAGOANA

GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO
DO PROGRAMA

2ª EDIÇÃO



GOVERNO DO ESTADO

ALAGOAS

TRABALHAR MAIS PARA FAZER MAIS



cria
CRIANÇA ALAGOANA

GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO
DO PROGRAMA

2ª EDIÇÃO



O **Guia de Implementação do Cria** é uma publicação do Governo do Estado de Alagoas, elaborada para orientar os municípios na implementação de políticas públicas para promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância a partir do Programa CRIA - Criança Alagoana. Este é o guia nº 1 dos 13 que integram a Coleção Primeira Infância, desenvolvida pelo CRIA.

Direitos e Permissões

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citadas a fonte e a autoria.

Realização

Governo do Estado de Alagoas

Comitê Estratégico Intersetorial da Primeira Infância

Sociedade Civil – Renata Calheiros
Secretaria de Estado da Saúde – Alexandre Ayres
Secretaria de Estado da Educação – Luciano Barbosa
Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social – Silvio Bulhões

Comitê Técnico Intersetorial da Primeira Infância

Gabinete do Governador
Secretaria de Estado da Saúde
Secretaria de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social

Órgãos de Apoio

Gabinete Civil
Imprensa Oficial Graciliano Ramos
Instituto do Meio Ambiente
Polícia Militar do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Comunicação
Secretaria de Estado da Cultura
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria de Estado da Infraestrutura
Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
Secretaria de Estado de Prevenção à Violência

Apoio Técnico

Núcleos de Primeira Infância das Secretarias de Estado da Saúde, da Educação e de Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização

Joycilene Tenório

Edição de Texto

Acássia Delié
Fernando Coelho

Projeto Gráfico

Chama Publicidade

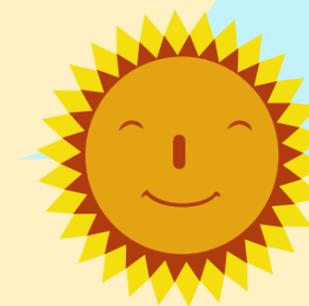
Impressão

Grafmarques



VITAL DIDONET

Professor Especialista em Educação Infantil e Políticas de Primeira Infância



Primeira Infância – Um Ciclo Muito Importante da Vida

Ser criança é igual a viver a infância. Ou deveria ser igual, porque a criança tem direito de ser criança. De viver, fazer, falar, brincar e se relacionar com os outros de acordo com sua idade e seu desenvolvimento. Quanto mais intensamente ela vive o que é próprio de sua idade, mais ela é feliz, mais ela aprende, mais se desenvolve e melhor sedimenta a base das etapas seguintes da vida.

Um bom começo é quase garantia de que toda sua existência vai ser boa. Infelizmente, o contrário também é verdadeiro: um começo ruim, sem carinho e atenção, sem colo e abraço, sofrendo falta de respeito e sendo educada com violência, castigos e palavras que ofendem e dizem que ela não é capaz, que não é inteligente, vai formar uma base insegura e atormentada para sua vida. A personalidade da criança se forma desde o nascimento, e o que ela vive e aprende no começo da vida dá a direção para o que ela vai ser a vida toda.

A neurociência está dizendo hoje o que outras ciências já dizem há mais de cinquenta anos: só que agora, com a vantagem da neuroimagem: podemos ver na tela do computador ou em fotografias o cérebro se modificando quando recebe os estímulos que vem de fora. Sabe-se que a interação carinhosa da mamãe, e também de outras pessoas mais próximas, produz a sensação de segurança, de ser acolhida, de ser amada, e assim a criança vai adquirindo autoconfiança e desenvolvendo suas capacidades, que são incontáveis.

Mas estímulos negativos, privações severas, medos grandes e prolongados são capazes de causar uma estagnação do desenvolvimento do cérebro em algumas áreas que organizam a personalidade da criança.

Por isso, viver a primeira infância (0 a 6 anos) e mais ainda os primeiros mil dias (da concepção aos dois anos de idade) com amor e carinho, recebendo os cuidados com respeito e alegria, sendo escutada e valorizada em tudo o que ela vai aprendendo, fazendo, manifestando, é a maneira mais certa de educar bem uma criança e ajudá-la a se tornar uma pessoa feliz, segura, autônoma. É tudo o que os pais querem. O que os profissionais da infância desejam.

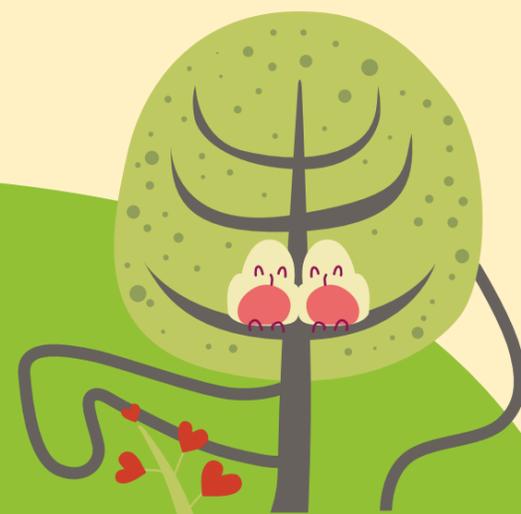


RENAN FILHO

Governador do Estado de Alagoas

Investir na primeira infância em Alagoas é mais do que uma necessidade, é um imperativo. É questão de sensibilidade humana e, objetivamente, caminho seguro para o desenvolvimento. O Programa CRIA - Criança Alagoana foi pensado, amadurecido e implantado a partir dessa constatação.

Por isso, a ideia original passou de projeto a programa de Estado, e de programa a lei – para que esteja ao alcance de todos, nos 102 municípios de Alagoas, sem descontinuidade. É um desafio nobre e um convite à parceria que o Governo do Estado lança a técnicos e gestores.



Como você vai comprovar neste livro-guia, os cuidados com crianças carentes e suas famílias, desde a gestação até os 5 ou 6 anos, reduzem problemas de baixa escolaridade, violência e mortalidade infantil. Ajudam a formar cidadãos e cidadãs mais capazes, produtivos, úteis e felizes.

Assistir e proteger a primeira infância são iniciativas que dão retorno em qualidade de vida não só para o público-alvo, mas também ao redor dele. E é algo de impacto positivo em toda a sociedade.

Para formatar o CRIA, foi necessário lançar um olhar para bem lá adiante. A ideia é que as gerações vindouras em Alagoas cresçam saudáveis, seguras, confiantes. Isso só é possível começando cedo, com a criança ainda no ventre da mãe. É durante a gravidez e nos dois primeiros anos de vida que ela desenvolve mais rapidamente o cérebro, a capacidade de aprender, a memória e as emoções.

Queremos uma primeira infância ocupada antes de tudo em brincar, em se mexer. Porque está é, para a criança, a maneira inaugural de pensar e resolver problemas. A inteligência floresce assim.

O CRIA se assenta em informação-educação, atenção à saúde materno-infantil e assistência social, mobilizando as três respectivas Secretarias de Estado. Mas se sustenta, acima de tudo, no sentimento humano de amor e promoção da vida digna.

E isso me leva, com imensa alegria e senso de justiça, a homenagear aqui os grandes personagens do CRIA: as servidoras e servidores estaduais das três secretarias que tocam o trabalho, e as mães e pais das famílias assistidas. Um viva caloroso a essa legião de homens e mulheres do povo, pela dedicação, pela resiliência, pela entrega à causa da primeira infância e pelo ânimo para superar tantas dificuldades.

Vocês estão doando às nossas crianças pobres, e a todos nós, algo que faz muita falta e que o poeta pôs na canção: a arte de sorrir cada vez que o mundo diz “não”. Alagoas agradece de coração.

Mãos à obra.



APRESENTAÇÃO

RENATA CALHEIROS

Primeira-dama do Estado de Alagoas

Coordenadora do Comitê Estratégico Intersetorial da Primeira Infância

Coordenadora Geral do Programa CRIA – Criança Alagoana

Esta publicação, o livro-base do Programa CRIA – Criança Alagoana, é mais que um guia de ação, é também uma ferramenta de incentivo à solidariedade e ao conhecimento do que podemos fazer por nossas crianças e pelo futuro do nosso Estado. Um resumo dos conceitos, atividades e do modo de operação deste programa inédito em Alagoas. Em muitos aspectos, aliás, o CRIA é inédito no país.

Logo no primeiro momento do Governo Renan Filho, em 2015, foi tomada a decisão estratégica de investir na primeira infância, principalmente nas crianças filhas da pobreza. Elas são a parcela da população que precisa da atenção mais incisiva e urgente do Estado e da sociedade. É uma parcela numerosa que ainda sobrevive em situações de extrema vulnerabilidade. E o Estado de Alagoas assumiu sua missão de ir até lá onde estão essas crianças e suas mães, estender-lhes a mão e cuidar delas. São crianças e mulheres cidadãs. Elas têm esse direito.

Assim foi plantada a semente do CRIA. Começamos com estudos, discussões, levantamentos e parcerias. Verificamos o que precisava melhorar e o que deveria ser feito na base para construção de um programa. Depois implantamos um projeto-piloto para ajustes e correções de rumo. Funcionou.

Em 2017, o que era sonho já crescia como ideia concreta; foi para o papel e se transformou em projeto de lei de iniciativa do Governo. Em janeiro de 2018, aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador, virou a Lei nº 7965. O CRIA agora é programa de Estado; não é favor de ninguém para ninguém, é lei.

É intersetorial, envolve e integra ações, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação, Assistência e Desenvolvimento Social. E integral, pois enxerga o indivíduo como um ser único, não uma fração a ser atendida de forma desarticulada. E mais, considera sua família e seu contexto de vida.

A mim foi entregue a responsabilidade de coordenar o Comitê Estratégico da Primeira Infân-

cia. O desafio é trazer para a mesma mesa três áreas prioritárias do Governo, com foco no resultado de longo prazo para as futuras gerações de nosso Estado. Disse na época e repito agora: é a causa mais nobre que uma mãe cidadã pode assumir. Estou nessa causa de corpo, alma e coração.

A meta do CRIA é reverter o quadro de pobreza entre gerações na população alagoana. Diminuir, tanto quanto possível, a desigualdade social e estender a essas crianças que estão nascendo a oportunidade de conquistar uma vida digna – em primeiro lugar, a oportunidade de escaparem das estatísticas de mortalidade infantil, o direito elementar de ficarem vivas. E de receberem, junto com as mães que as trouxeram ao mundo, atenção, amor, educação, cuidados de saúde e o respeito que se deve ao semelhante.

Meta ambiciosa, já se vê. Implica atitude, superar preconceitos, romper tabus. Dá trabalho, exige paciência e fôlego, põe à prova a capacidade de cada pessoa envolvida se doar e convencer outras a virem junto. Mas vale a pena, é recompensador. E já está dando certo. Alagoas tem resultados para mostrar.

Em 2018, tivemos a maior redução da mortalidade materna entre todos os Estados do Brasil. Saímos do último lugar para o primeiro. Também na mortalidade infantil, registramos a maior queda no país, considerando o período entre 2008 e 2018.

São números animadores, muitas vidas salvas, outras tantas melhoradas, esperanças transformadas em realidade.

Riobaldo Tatarana, o personagem criado por Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*, faz o parto em uma mulher pobre que gritava de dor no mato, e diz para confortá-la: “Um menino nasceu, o mundo começou de novo!”.

Este é o espírito que move o CRIA. Toda criança, menino ou menina, é única, é um milagre da criação, uma bênção. Se for protegida e incentivada, ela vai esperar o amanhã sem medo. Estamos lançando um olhar novo e cheio de confiança em coisas boas para a fase mais delicada e decisiva das nossas crianças – o comecinho da vida, a formação do organismo e da mente dos pequenos seres humanos indefesos.

O CRIA precisa de mãos dadas. Este gesto envolve não só o Estado e seus instrumentos de ação, mas sobretudo as famílias, as comunidades e todas as cidades de Alagoas. Os municípios são os parceiros mais importantes e necessários porque, no futuro, serão também os mais beneficiados quando seus pequenos cidadãos e cidadãs de hoje tiverem crescido na idade e na vida.

Boa leitura!

“O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade”

Karl Mannheim

QUER VER O SEU MUNICÍPIO CRESCER? INVISTA NAS CRIANÇAS

Você, prefeito (a),
primeira-dama ou
gestor (a) em Alagoas,
pode fazer um grande
trabalho na sua
cidade. **Aqui, vamos
te ajudar a entender
como implementar
ações importantes
para a primeira
infância**, com o apoio
do Governo Estadual.
Vamos trabalhar
juntos nessa missão?





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – O QUE É PRIMEIRA INFÂNCIA?	14
POR QUE É IMPORTANTE INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA?	18
PROGRAMA CRIA – CRIANÇA ALAGOANA	32
Viver no presente um futuro melhor	32
Cuidar da primeira infância: uma questão de princípios	34
Objetivos	35
Eixos	36
Ações estratégicas	41
Projetos de órgãos e secretarias parceiras	64
Impactos nas áreas de atuação	68
COMO O MUNICÍPIO PODE IMPLEMENTAR AÇÕES DE PRIMEIRA INFÂNCIA?	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
MINI GLOSSÁRIO	83
ANEXO I - MODELO DE DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA PARA O MUNICÍPIO	84
ANEXO II - MODELO DE PLANO DE AÇÃO PARA O MUNICÍPIO	95
ANEXO III - INDICADORES DO PROGRAMA CRIA	96
ANEXO IV - MODELO DE PROJETO DE LEI QUE APROVA O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA	97

INTRODUÇÃO

O QUE É PRIMEIRA INFÂNCIA?

“**Há um menino, há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão**”

Bola de Meia, Bola de Gude.
Milton Nascimento e Fernando Brant

A arte sempre nos ajuda a compreender melhor a realidade. Neste caso, nos ajuda a entender de forma simples os mais elaborados estudos científicos sobre como a infância impacta nossas vidas. Na composição *Bola de Meia, Bola de Gude*, os músicos Milton Nascimento e Fernando Brant falam de como mesmo os mais amadurecidos homens e mulheres precisam, de vez em quando, despertar as crianças que existem dentro de si para superar dores e problemas da vida adulta.

Há um passado no meu presente, diz a canção. E para qualquer ser humano, esse passado começa a ser construído ainda na barriga da mãe, no período da gestação. É a partir dali, até os seis anos de idade, que nosso cérebro mais se desenvolve em termos estruturais, sendo um rico período de aprendizados. Essa é a fase que chamamos de primeira infância e que tem impacto profundo em toda a nossa vida.

E é sobre isso que queremos falar com você neste guia.

Aqui, buscamos orientar gestoras e gestores dos municípios alagoanos para implementar ações voltadas à primeira infância em suas localidades, a partir das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado. Todas essas ações são baseadas

em evidências científicas, na legislação existente e no Programa CRIA - Criança Alagoana, que você vai conhecer melhor mais adiante. Para isso, esta publicação foi elaborada trazendo conceitos e informações relevantes sobre a importância de se investir na primeira infância e um passo a passo de como prefeitos (as), primeiras-damas e gestores (as) podem atuar com políticas públicas direcionadas para mulheres gestantes e crianças de até seis anos.

Com este guia em mãos, a sua decisão política em colocar as crianças no topo das prioridades da gestão municipal é fundamental para sensibilizar a equipe de gestão e motivá-la a se envolver profundamente em torno das ações que serão implementadas. Sob a perspectiva da intersetorialidade e do atendimento

integral das crianças na primeira infância, cabe aos demais gestores a atribuição de manter a equipe constantemente encorajada e orientada para atuar nos cuidados à criança de forma integral.

O CRIA vai te ajudar em todo o processo. O programa do Governo de Alagoas foi instituído pela Lei Estadual nº 7.965, de 09 de janeiro de 2018, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância em seus aspectos físico, cognitivo e psicossocial.

Além deste livro-guia, também foram estruturados 12 guias temáticos nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e Nutrição, para auxiliar as ações dos municípios nessas áreas, além de três manuais técnicos.

Primeira infância: da gestação aos 6 anos de idade

Tudo o que acontece com o indivíduo neste período terá influência fundamental ao longo da vida.



GUIAS TEMÁTICOS

Confira os guias e manuais disponíveis para download no site do Programa CRIA: www.cria.al.gov.br.

Saúde

- Boas Práticas Obstétricas e Neonatais
- Imunizações - Avaliação das Coberturas Vacinais em Crianças e Gestantes
- Avaliação do Crescimento e Desenvolvimento Infantil - Puericultura
- Detecção Precoce e Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, HIV/Aids, Hepatites Virais e Zika Vírus - Testes Rápidos

Educação

- A Ludicidade na Promoção do Desenvolvimento Infantil

Assistência Social:

- Benefício Variável à Gestante - BVG e o Benefício Variável à Nutriz - BVN
- Visitas Domiciliares de Estímulo ao Desenvolvimento Infantil
- Benefício de Prestação Continuada - BPC
- Cartão CRIA

Nutrição

- Avaliação do Estado Nutricional de Crianças
- Avaliação do Estado Nutricional de Gestantes
- Qualificação em Educação Alimentar Nutricional nas Instituições de Ensino Infantil



MANUAIS TÉCNICOS

- Manual de Implantação do Circuito CRIA
- Manual de Implantação da Praça da Criança Alagoana
- Manual de Implantação do Espaço Lúdico



POR QUE É IMPORTANTE INVESTIR NA PRIMEIRA INFÂNCIA?

Diversos estudos e pesquisas realizados ao redor do mundo trazem evidências científicas que apontam para a relevância dos investimentos na primeira infância e seu impacto na produtividade da economia e no combate à desigualdade. Fatores biológicos, sociais e econômicos justificam o investimento. Entre os principais motivos está a relevância dos primeiros anos de vida como uma janela de oportunidades para o desenvolvimento humano. Esse é considerado um período sensível, no qual ocorre grande desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão à criança o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas.¹ Vamos conhecer melhor esses fatores?

¹ SANTOS, Daniel [redator et. AL.]. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. Estudo n. 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. 1. ed, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

FATORES BIOLÓGICOS

O desenvolvimento humano é um processo contínuo e incorpora diversos fatores biológicos e socioemocionais que se moldam a partir das experiências vivenciadas especialmente na primeira infância. A neurociência evidencia que a atividade cerebral é mais intensa nesta fase, uma vez que 90% das conexões cerebrais são estabelecidas até os seis anos de idade e formam a base para as aquisições das capacidades físicas, intelectuais

e emocionais da criança, as quais vão consolidando-se e aperfeiçoando-se nas etapas seguintes de desenvolvimento.² Durante esse período sensível, as conexões entre os neurônios se multiplicam, realizando mais de um milhão de novas conexões³ por segundo, em algumas regiões cerebrais, já no segundo ano de vida.⁴ Este é o período em que o cérebro mais precisa de estímulos. Passada a fase de proliferação, as conexões são reduzidas através do processo conhecido como “poda”, depois do qual as sinapses – conexões cerebrais – subutilizadas são desligadas, em um processo de seleção natural, e apenas as mais utilizadas permanecem e se tornam mais eficientes.

Em outras palavras, tudo o que aprendemos e desenvolvemos ao longo da vida é registrado como circuitos cerebrais, e as interações sociais contribuem para impulsionar a atividade cerebral. Se

a criança for negligenciada, muitas ligações entre os neurônios deixam de acontecer, o que pode afetar o seu potencial de aprender e se desenvolver. Quanto melhor for a “construção” do cérebro nessa fase, melhor será a preparação das crianças para o futuro.⁵



“ Em nenhuma outra fase da vida a conexão neural é tão intensa como na primeira infância”

(Jack P. Shonkoff – Diretor fundador do Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard)

²PRIMEIRA INFÂNCIA EM PAUTA: Um Guia para Aprimorar a Comunicação dessa Fase Fundamental da Vida. Disponível em: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>> Acesso em: 19 nov. 2019.

³O número “mais de 1 milhão de novas conexões neurais por segundo” atualiza uma estimativa anterior de 700 a 1.000 novas conexões (que ainda aparece em algumas das publicações impressas do Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard, mas a partir de abril de 2017 foi atualizada on-line e em todos os PDFs deste Centro).

⁴CENTER ON THE DEVELOPING CHILD AT HARVARD UNIVERSITY. Disponível em: <<https://developingchild.harvard.edu/science/key-concepts/brain-architecture/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

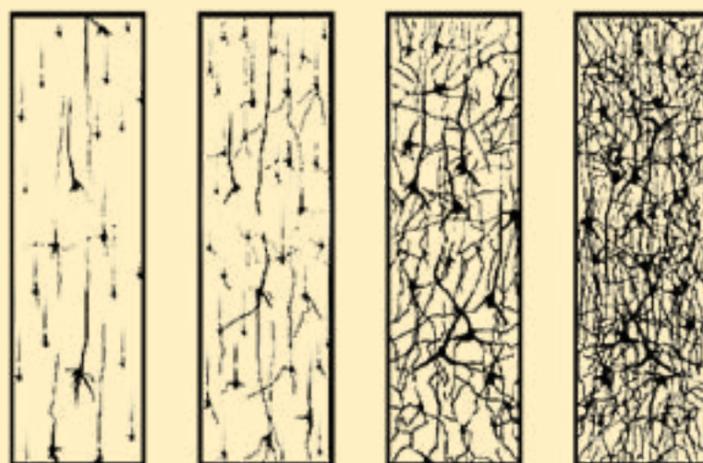
⁵PRIMEIRA INFÂNCIA EM PAUTA: Um Guia para Aprimorar a Comunicação dessa Fase Fundamental da Vida. Disponível em: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>> Acesso em: 26 nov. 2019.



O processo de formação de sinapses ocorre em diferentes momentos na primeira infância de forma rápida e intensa. É o que se observa na figura que mos-

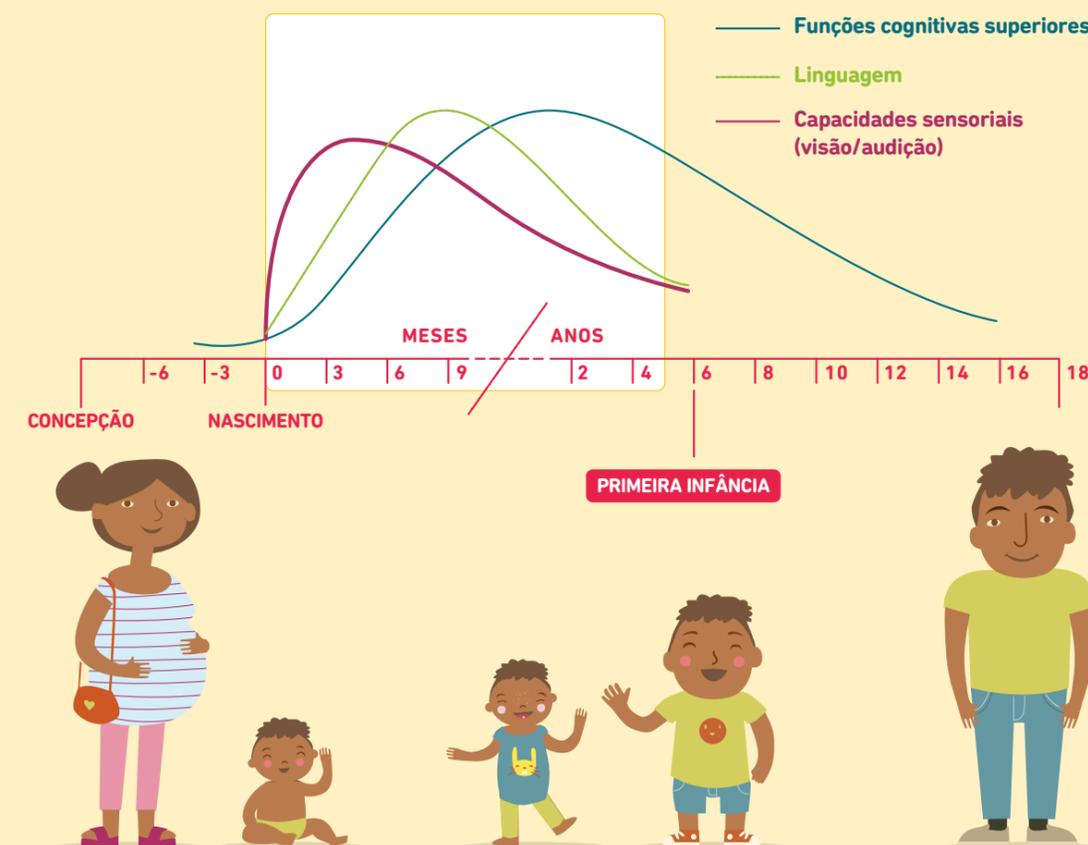
tra os picos de desenvolvimento através da formação de novas sinapses em cada uma das fases do desenvolvimento da criança.

DESENVOLVIMENTO DO CÉREBRO DE UMA CRIANÇA



NASCIMENTO 1 MÊS 6 MESES 2 ANOS

Fonte: Modificado de National Institute of Environmental Health Sciences



Adaptado de: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>> Acesso em: 19 nov. 2019.

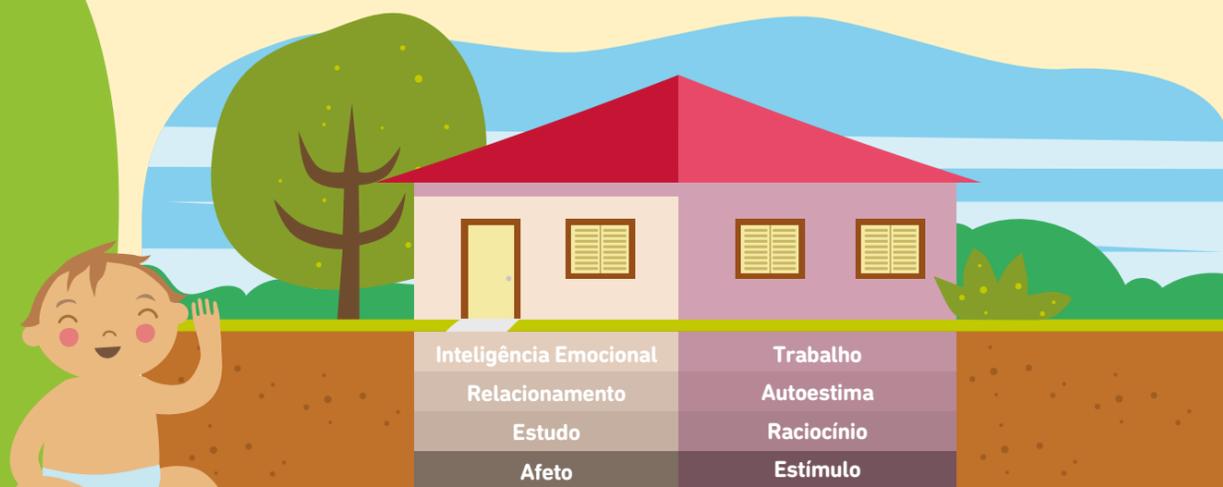
O desenvolvimento cerebral da criança se inicia no período intrauterino, entre a segunda e a terceira semana após a concepção, seguindo com a formação das primeiras células cerebrais – os neurônios – e das conexões entre estes – as sinapses.⁶

A arquitetura cerebral da criança co-

meça a se formar e segue evoluindo na velocidade das experiências vividas – fundamentais ao pleno desenvolvimento do ser humano. O cuidado com as crianças reduz os efeitos prejudiciais e eventuais desvantagens na estrutura e função cerebral, além de melhorar a saúde, o crescimento e o desenvolvimento infantil.⁷

⁶SANTOS, Daniel [redator et. AL.]. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. Estudo n. I: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. 1. ed, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>> Acesso em: 19 nov. 2019.

⁷CYPEL, Saul [Org.]. Fundamentos do Desenvolvimento Infantil: da Gestação aos 3 Anos. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/fundamentos-do-desenvolvimento-infantil---da-gestacao-aos-3-anos/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.



Adaptado de: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>> Acesso em: 19 nov. 2019.

A figura acima mostra a metáfora utilizada por neurocientistas de Harvard ao comparar o desenvolvimento do cérebro à estrutura de uma casa. O afeto e o estímulo são como os alicerces sobre os quais a casa será edificada. Para levantar as paredes, é preciso antes que o chão esteja bem assentado. Se a base for sólida, a criança se desenvolve melhor; caso contrário, o desenvolvimento de suas capacidades físicas, intelectuais e emocionais pode ser comprometido.⁸

Dessa forma, a criança que cresce com interações saudáveis e estímulos

adequados em um ambiente de carinho e amor consegue se desenvolver com mais saúde física e mental, apresenta melhor desempenho na vida acadêmica, melhores condições de emprego e menores chances de adotar comportamentos de risco.⁹

As primeiras experiências da criança afetam o desenvolvimento da arquitetura do cérebro, que fornece a base para todo o aprendizado, comportamento e saúde futuros. Assim como uma base fraca compromete a qualidade e a força de uma casa, experiências adversas no iní-

cio da vida podem prejudicar a arquitetura do cérebro, com efeitos negativos que perduram na idade adulta.¹⁰

Por um lado, as crianças que são submetidas a ambientes favoráveis ao desenvolvimento com estímulos adequados e vínculos positivos com os adultos cuidadores, na família ou na escola, têm mais chance de alcançar um desenvolvimento pleno do seu potencial. Múltiplos são os fatores que influenciam na aquisição de competências e habilidades, incluindo saúde, nutrição, segurança e proteção, prestação de serviços responsivos e aprendizagem.

Por outro lado, as crianças que crescem em ambientes desfavoráveis, expostas ao estresse prolongado, negligência ou violência, podem apresentar o desenvol-

vimento comprometido. A ocorrência de estímulos negativos pode deixar marcas duradouras, não apenas pela vulnerabilidade das crianças nessa fase de desenvolvimento, mas também pelo efeito cumulativo ao longo da vida.¹¹

Experimentar o estresse em situações isoladas, entretanto, constitui-se uma parte importante do desenvolvimento saudável, uma vez que a ativação da resposta ao estresse produz uma ampla gama de reações fisiológicas que preparam o corpo para lidar com a ameaça. Porém, quando essas respostas permanecem ativas em níveis elevados por períodos significativos, sem relações de apoio para ajudar a acalmá-las, ocorre o estresse tóxico. Isso prejudica o desenvolvimento de conexões neurais, especialmente as áreas do cérebro dedicadas a habilidades de ordem superiores.¹²



⁸PRIMEIRA INFÂNCIA EM PAUTA: Um Guia Para Aprimorar a Comunicação dessa Fase Fundamental da Vida. Disponível em: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>> Acesso em: 19 nov. 2019.

⁹COSTA, Joana [redatora et. AL.]. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. Estudo III: Funções Executivas e Desenvolvimento na Primeira Infância: Habilidades Necessárias para a Autonomia. 1. ed, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/publicacoes/funcoes-executivas-infancia/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

¹⁰CENTER ON THE DEVELOPING CHILD AT HARVARD UNIVERSITY. Disponível em: <<https://developingchild.harvard.edu/science/key-concepts/brain-architecture/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

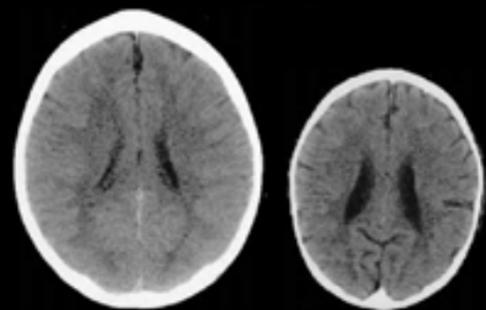
¹¹SANTOS, Daniel [redator et. AL.]. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. Estudo n. I: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. 1. ed, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

¹²CENTER ON THE DEVELOPING CHILD AT HARVARD UNIVERSITY. Disponível em: <<https://developingchild.harvard.edu/science/key-concepts/brain-architecture/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

IMAGENS MACROSCÓPICAS DO CÉREBRO DE CRIANÇAS NEGLIGENCIADAS

Fonte: https://www.researchgate.net/publication/225759011_Childhood_Experience_and_the_Expression_of_Genetic_Potential_What_Childhood_Neglect_Tells_Us_About_Nature_and_Nurture.

CRIANÇA DE 3 ANOS



NORMAL

EXTREMA NEGLIGÊNCIA

Através de imagens macroscópicas, é possível observar os danos causados no cérebro de uma criança que sofreu negligência extrema, como no cérebro do lado direito de tamanho menor e com mais manchas e áreas escuras “confusas”, enquanto o cérebro esquerdo pertence a uma criança saudável de três anos. Essa constatação integra um estudo do Dr. Bruce Perry, da Child Trauma Academy, no Texas, o qual revelou que as crianças negligenciadas pelos pais têm cérebros significativamente menores.

A criança com o cérebro encolhido foi negligenciada e abusada por sua mãe, e a criança com o cérebro maior e mais desenvolvido foi criada em um lar amoroso e solidário e foi cuidada por sua mãe. O professor Allan Schore, da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), afirma que, nos dois primeiros anos, os bebês dependem de um forte vínculo com suas mães para o desenvolvimento saudável do cérebro, e que problemas no desenvolvimento do cérebro durante



a primeira infância podem afetar as pessoas pelo resto de suas vidas.¹⁴

Outros estudos demonstram que o estresse tóxico pode ainda afetar diversos órgãos além do cérebro, como o coração e o sistema imunológico, podendo aumentar o risco de doenças agudas como infecções e problemas de saúde na vida adulta – incluindo doenças cardiovasculares, diabetes, síndrome metabólica, transtorno de ansiedade e depressão, entre outras afecções.

FATORES SOCIAIS

A importância dos investimentos na primeira infância permeia ainda os aspectos sociais sob a relevância de uma infância saudável na formação de cidadãos com capacidades fundamentais para a aquisição de novos conhecimentos no futuro e acúmulo de capital humano. Cuidar das crianças na primeira infância para

que se desenvolvam plenamente é a estratégia comprovadamente mais eficaz de promover o desenvolvimento da pessoa, da sociedade e do país.¹⁵

A evidência empírica demonstra que crianças que frequentaram boas escolas e tiveram atenção à saúde adequada na primeira infância tornaram-se cidadãos com menor propensão ao envolvimento com tabagismo, alcoolismo, criminalidade e violência, além de precisarem menos da ajuda do governo para sua sobrevivência. Os estudos demonstram que o investimento para o desenvolvimento e a aprendizagem durante a primeira infância traz um retorno maior para a sociedade do que se realizado em qualquer outra fase da vida.¹⁶



¹⁴Disponível em: <<http://movingtolearn.ca/2012/tech-neglect-precoccupation-with-technology-results-in-injury-and-brain-damage-to-children>>. Acesso em 26 nov 2019.

¹⁵SANTOS, Daniel [redator et. AL.]. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. Estudo n. I: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. 1. ed, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

¹⁶SANTOS, Daniel [redator et. AL.]. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. Estudo n. I: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. 1. ed, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

“ Uma política adequada para a primeira infância fará todas as intervenções posteriores mais efetivas”

(James J. Heckman)



1 2 3...

Sabemos que as crianças do presente são a sociedade do futuro, na qual o seu padrão qualitativo terá sido influenciado pelos cuidados prestados à sua primeira infância. Por isso, quanto mais cedo forem realizadas intervenções relacionadas às habilidades sociais, mais fortalecidas serão as bases para a formação de cidadãos capazes de gerar opiniões, compreender problemas sociais, morais e éticos, e, desse modo, podendo construir uma sociedade mais desenvolvida e com mais igualdade de oportunidades.

Entre as habilidades que se encontram na primeira infância estão as funções executivas – fundamentais para que o indivíduo, progressivamente, gere os diferentes aspectos da vida com autonomia. As funções executivas constituem um conjunto de habilidades que possibilitam o controle consciente e deliberado sobre ações, pensamento e emoções, as quais permitem ao indivíduo tomar decisões com independência e responsabilidade.¹⁷

Todos nós precisamos de um conjunto de habilidades essenciais para lidar

com a vida, o trabalho e os relacionamentos com sucesso. Essas competências essenciais sustentam nossa capacidade de nos concentrar, planejar e atingir metas, adaptar-se a situações de mudança e resistir a comportamentos impulsivos. As crianças não nascem com essas habilidades, elas nascem com o potencial de desenvolvê-las ao longo do tempo, por meio de treinamento e prática.

Fornecer o apoio de que as crianças precisam para desenvolver suas habilidades em casa, em programas de educação e cuidados precoces e em outros ambientes os quais frequentam regularmente é uma das responsabilidades mais importantes da sociedade. Por isso, as políticas que ajudam as crianças e os adultos a fortalecer suas competências essenciais para a vida são cruciais para seu sucesso não apenas como estudantes e trabalhadores, mas também como pais, uma vez que as mesmas capacidades podem ser transmitidas para a próxima geração.¹⁸

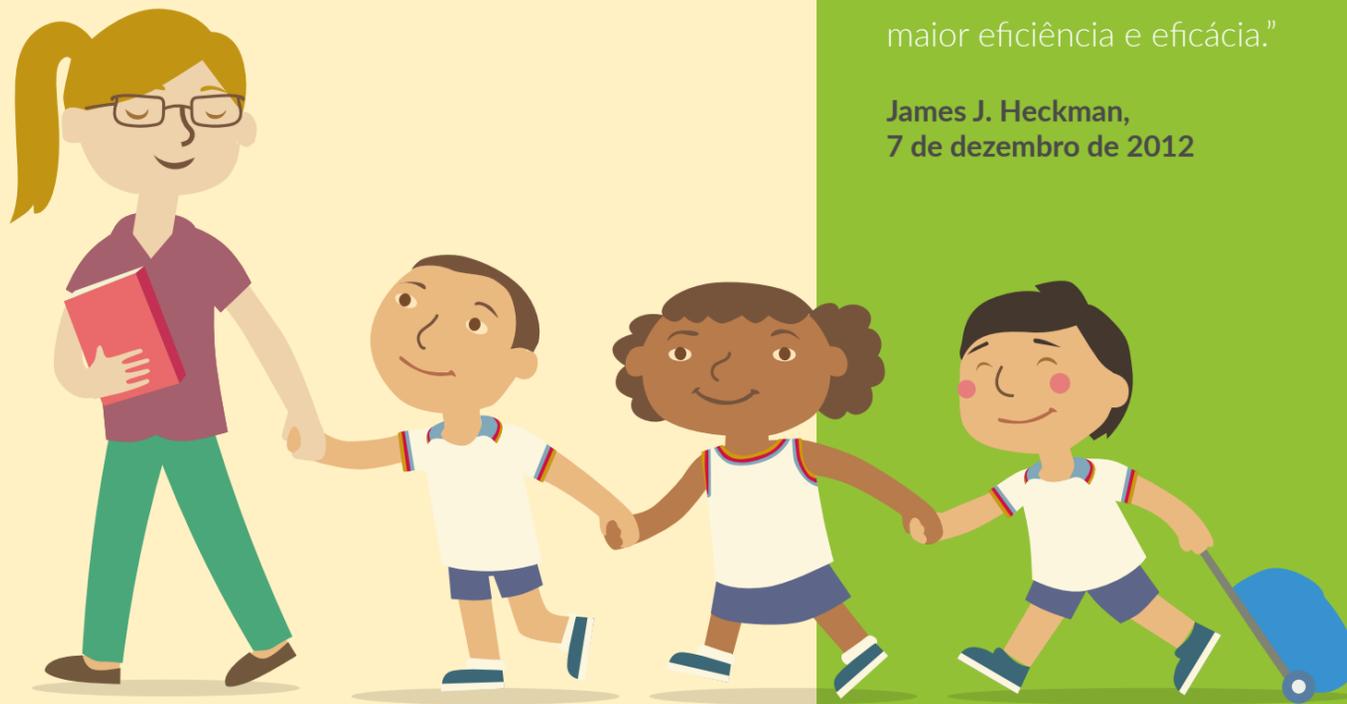


¹⁷COSTA, Joana [redatora et. AL.]. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. Estudo III: Funções Executivas e Desenvolvimento na Primeira Infância: Habilidades Necessárias para a Autonomia. 1. ed. São Paulo, 2016. Disponível em: < <https://ncpi.org.br/publicacoes/funcoes-executivas-infancia/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

¹⁸COENH, Steven et al. Três Princípios para Obter Resultados Melhores para as Crianças e as Famílias. Center on the Developing Child at Harvard University. (2017). Disponível em: <http://www.developingchild.harvard.edu>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FATORES ECONÔMICOS

A ciência comprova que se melhorarmos as condições de vida das crianças mais vulneráveis agora, garantindo-lhes saúde, afeto, nutrição, proteção e educação de qualidade, é possível aumentar a possibilidade de que tenham um futuro melhor. Oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento na primeira infância é mais eficaz e gera menos custos do que tentar reverter ou minimizar os problemas mais tarde.

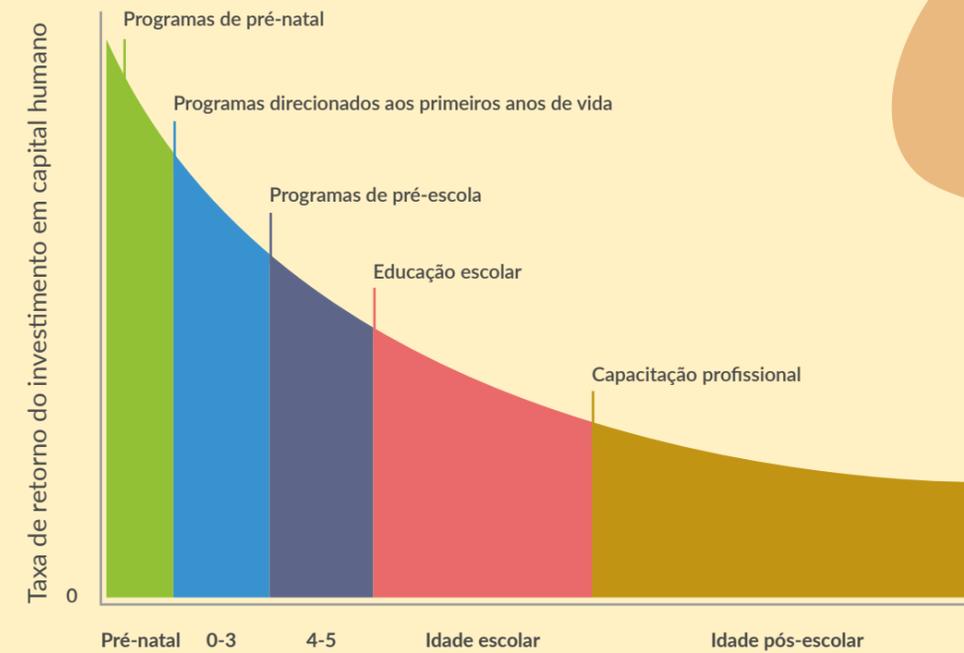


“A maior taxa de retorno do desenvolvimento na primeira infância ocorre quando se investe o mais cedo possível, desde o nascimento até os cinco anos de idade, em famílias carentes. **Começar na idade de três ou quatro anos é um pouco tarde demais, pois significa não reconhecer que habilidades geram habilidades de uma forma complementar e dinâmica.** Os esforços devem se concentrar nos primeiros anos em busca de maior eficiência e eficácia.”

James J. Heckman,
7 de dezembro de 2012

ABC...

Após décadas de pesquisas, o professor de economia James Heckman da universidade de Chicago, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2000, provou a eficácia dos investimentos na primeira infância ao evidenciar que, para cada dólar investido nessa fase, obtém-se sete dólares de retorno na vida adulta. Seus estudos mostram que intervenções de qualidade que beneficiam crianças de famílias pobres desde a primeira infância têm impactos duradouros ao longo da vida.¹⁹



Adaptado de: https://www.researchgate.net/publication/225759011_Childhood_Experience_and_the_Expression_of_Genetic_Potential_What_Childhood_Neglect_Tells_Us_about_Nature_and_Nurture.



¹⁹HECKMAN, James. Investir no Desenvolvimento na Primeira Infância: Reduzir Déficits, Fortalecer a Economia. Disponível em: < <https://heckmanequation.org/resource/invest-in-early-childhood-development-reduce-deficits-strengthen-the-economy/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.



O professor Heckman constatou que os cuidados na primeira infância, as experiências de aprendizagem e a saúde física nas idades de 0 a 5 anos produzem um sucesso ou um fracasso de grande impacto na sociedade. O momento mais eficiente em termos econômicos para se desenvolver competências e habilidades sociais é durante os primeiros anos de vida, quando o apoio ao desenvolvimento é mais eficaz.²⁰

Evidências empíricas publicadas pela revista *The Lancet* em 2016 comprovaram por meio de estudos longitudinais que a desnutrição, a pobreza e a ausência de estímulos na primeira infância geram um déficit de 20% de renda média anual na vida adulta. O mesmo estudo mostra ainda que a ausência de investimentos na primeira infância provoca um impacto negativo de três a seis vezes em gastos no sistema de saúde.

O investimento na primeira infância também foi apontado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como a alternativa mais rentável para o desenvolvimento das crianças da América Latina e do Caribe.

No Brasil, a consciência da importância da infância para o desenvolvimento do país vem ganhando cada vez mais espaço. O Governo Federal sancionou a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância – Marco Legal da Primeira Infância. Esta lei estabelece que a prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa

etária, visando garantir o desenvolvimento integral.

O art. 8º da Lei nº 13.257 estabelece que o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância constitui objetivo comum de todos os entes da Federação, segundo as competências constitucionais e legais, a ser alcançado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.



Os programas de primeira infância tendem a produzir um alto retorno em relação ao seu custo e podem ser direcionados a populações carentes para estimular não só a produtividade, mas também a equidade”

(Declaração do BID no livro *Da Ciência à Prática - Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Infantil na América Latina*)



²⁰HECKMAN, James. Investir no desenvolvimento na primeira infância: reduzir déficits, fortalecer a economia. Disponível em: < <https://heckmanequation.org/resource/invest-in-early-childhood-development-reduce-deficits-strengthen-the-economy/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

PROGRAMA CRIA CRIANÇA ALAGOANA

VIVER NO PRESENTE UM FUTURO MELHOR

A vida começa na concepção e encontra na infância o pleno despertar. Na ativação dos sentidos durante as primeiras experiências, a criança inaugura o processo de aprendizagem em sua fase mais impactante. O período demanda atenção integral. Com o amparo e os cuidados necessários garantidos durante a gestação e após o nascimento, o bebê pode se desenvolver mais saudavelmente durante a primeira infância. Mães e filhos têm esse direito.

O Governo de Alagoas trata o tema com a devida seriedade desde os primeiros dias de gestão. Tanto que, ainda em 2015, deu início à criação de um programa inter-setorial concebido com a missão de promover e integrar políticas públicas para a primeira infância.

O público-alvo é composto por famílias com gestantes e crianças de 0 (zero) a 6

(seis) anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como, gestantes, nutrízes e crianças dos 6 (seis) aos 24 (vinte e quatro) meses em desnutrição e insegurança alimentar, nutricional e vulnerabilidade social.

Melhores práticas sobre a primeira infância

A trajetória do CRIA começa com a análise de experiências semelhantes, reconhecidamente exitosas, no Brasil e no exterior. No decorrer da pesquisa, as melhores práticas sobre desenvolvimento infantil foram encontradas junto à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e ao Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren), instituições de referência nacional e internacional nos cuidados com as crianças de zero a seis anos.

Por meio de parcerias, o programa avançou na fundamentação teórica sobre a primeira infância e no conhecimento de metodologias práticas para cuidados com crianças desnutridas em situação de vulnerabilidade social. Os exemplos serviram de base para a formatação do CRIA.

Antes do lançamento oficial, uma equipe multidisciplinar coordenada pela primeira-dama de Alagoas, Renata Calheiros, procurou entender as particularidades locais, e então, seguiu com a elaboração de um projeto-piloto em municípios de diferentes regiões do estado.

O experimento foi implantado no ano em que o Brasil regulamentou os direcionamentos de políticas prioritárias para a primeira infância mediante a publicação do Marco Legal da Primeira Infância, em 8 de março de 2016, através da Lei Federal nº 13.257.

Os trabalhos continuaram com ações de planejamento, diagnóstico e estudo da situação da primeira infância nas cidades alagoanas. Os resultados da experiência inédita serviram como foco norteador para a estruturação do CRIA. Dois anos depois, o governador Renan Filho sancionou a Lei Estadual nº 7.965, de 9 de janeiro de 2018, que instituiu o

CRIA, o primeiro Programa Estadual de Primeira Infância em Alagoas.

Em 2019, o Programa CRIA foi o grande vencedor do Prêmio Excelência em Competitividade – Destaque Boas Práticas promovido pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em São Paulo. A iniciativa alagoana concorreu com mais 123 políticas públicas de todo o Brasil.

O reconhecimento indica que as boas práticas adotadas para cuidar das gestantes e crianças em Alagoas demonstram que o Estado está no caminho certo na garantia de futuras gerações saudáveis e uma sociedade mais desenvolvida.

O QUE É O cria?

O Programa CRIA – Criança Alagoana é uma política pública de caráter inter-setorial, estruturado a partir da integração de políticas nas áreas de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social e visa promover o desenvolvimento integral na primeira infância, desde a gestação até os seis anos de idade, englobando aspectos físicos, cognitivos e psicossociais, levando em consideração a família e seu contexto de vida.





CUIDAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA QUESTÃO DE PRINCÍPIOS

A atenção à criança na primeira infância promovida pelo CRIA é pautada por princípios que norteiam o programa.

Primeiramente, a família, o território e o contexto de vida são considerados aspectos essenciais para o desenvolvimento integral na primeira infância. Também como princípio há a valorização da importância do brincar, dos cuidados e dos vínculos familiares e comunitários. Destacam-se ainda o protagonismo e as competências de mães, pais e responsáveis no cuidado e proteção com as crianças.

O reconhecimento da diversidade sociocultural, étnico-racial e territorial norteia o programa como outro princípio elementar. Ao entender as desigualdades como um dos traços que caracteriza a infância no contexto brasileiro, o CRIA elege como princípio o respeito à ética, à dignidade, à cultura e a todas as formas de organização familiar sem discriminação.



Em complemento, o programa se inspira na promoção de justiça social por meio do enfrentamento da pobreza, bem como, na potencialização dos territórios e dos domicílios como espaços que possibilitam a atenção, o acesso a serviços e direitos e a ampliação de conhecimentos sobre a realidade de vida das famílias e comunidades.

Por fim, há o reconhecimento de que as configurações, recursos e dinâmicas dos territórios também incidem sobre as possibilidades de promoção do cuidado, da proteção social e do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

OBJETIVOS

Com base nos princípios e no público-alvo do programa, foram estabelecidos quatro objetivos para que o CRIA cumpra a sua missão, a começar pela ampliação do alcance a serviços e direitos para famílias com gestantes e crianças na primeira infância.

Outro objetivo busca desenvolver ações de capacitação e educação que

abordem especificidades, cuidados e atenção a gestantes e crianças na primeira infância, respeitando todas as formas de organização familiar.

E mais: potencializar a integração entre serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Devido ao perfil multidisciplinar, que demanda ações integradas em áreas diversas – educação, saúde e assistência social, entre as principais –, o CRIA também elencou como objetivo o fortalecimento da articulação intersetorial com vistas ao desenvolvimento integral das crianças. A atuação conjunta e coordenada entre profissionais e instituições de diferentes segmentos é tão obrigatória quanto assertiva quando o objetivo é cuidar do nosso maior tesouro: a primeira infância.



EIXOS

Para propor melhores condições de vida às gestantes e crianças e oferecer mais oportunidades de desenvolvimento à primeira infância, o CRIA tem centrado suas ações em três eixos: a família, a comunidade e articulação integrada entre os setores envolvidos (intersectorialidade e intrasetorialidade).

■ FAMÍLIA

Cuidar da família é fortalecer a primeira infância. O seio familiar é ambiente essencial para o desenvolvimento infantil. Ali, acontece o principal contato de interação e socialização da criança, especialmente em seus primeiros anos de vida.

Seja dentro de casa, em locais de atendimento ou ambientes abertos de socialização, estudos evidenciam que a qualidade do desenvolvimento infantil depende de estímulos positivos e da interação entre a criança e sua família mediante o estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis.

Ao mesmo tempo, quando se sentem amparados pela comunidade e pelos agentes sociais e governamentais, pais e familiares conseguem realizar suas melhores práticas no cuidado com os

filhos, atendendo mais amplamente as partes que cabem e convêm enquanto responsáveis.

O CRIA reconhece a importância do papel do núcleo familiar como rede de cuidado e afeto. Neste contexto, a modalidade de serviço da visita domiciliar e a implantação de espaços adequados ao convívio fraternal e ao desenvolvimento infantil são as principais frentes de atuação do programa estadual envolvendo o Eixo Família.

■ INTRASECTORIALIDADE E INTERSECTORIALIDADE

A promoção de políticas governamentais para a primeira infância demanda a articulação coordenada entre setores de diversas secretarias de governo. No programa CRIA, as pastas de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social andam de mãos dadas.

O trabalho em conjunto é condição primordial ao promover inclusão numa realidade complexa, que demanda atenção integrada nas mais diversas áreas sociais. É aí que figuram os conceitos de intersectorialidade e intrasetorialidade.

O primeiro termo define a integração das secretarias envolvidas – tanto em âmbito estadual quanto municipal –

na participação, gestão e execução de ações relativas ao programa. No caso do CRIA, os exemplos de intersectorialidade vão desde o levantamento de dados para indicadores à articulação coletiva para formulação de políticas públicas e realização de projetos e atividades sociais.

Já a intrasetorialidade representa a integração e articulação entre os setores de uma mesma instituição. Um exemplo é a instalação dos Núcleos da Primeira Infância nas secretarias de Estado da Saúde, da Educação e da Assistência e Desenvolvimento Social. Assim, o representante do núcleo, como integrante da pasta, articula as demandas do programa com setores da própria secretaria em que atua.

É uma lógica de gestão e pode ser entendida como a mecânica central do programa. Quando bem articulada, a integração multiprofissional favorece a troca de saberes, contribui com a celeridade de processos e resulta em ganhos qualitativos no desempenho de funções individuais e coletivas. Assim é o CRIA.

■ COMUNIDADE

Se a família e as instituições são imprescindíveis no aprimoramento da atenção à primeira infância, a comunidade entra como um terceiro e indispensável eixo. Registra-se no art. 227 da Constituição Federal: a sociedade também tem o dever de assegurar, “com absoluta prioridade”, os direitos da criança, do adolescente e do jovem.

A comunidade é parte integrante da rede de apoio à família para o pleno desenvolvimento infantil. Os profissionais que atuam nas áreas de saúde, educação e assistência social são valiosas fontes de informação, serviços e suporte emocional para as famílias, podendo ajudá-las a superar desafios e a construir um ambiente favorável às crianças.

Deste modo, as relações derivadas do encontro entre pais, moradores e trabalhadores locais (de instituições privadas e públicas) assumem função essencial na assistência adequada a crianças e gestantes.

A seguir, você vai conhecer mais sobre as realizações e as perspectivas do CRIA para que as crianças alagoanas vivam no presente a chance de um futuro melhor.



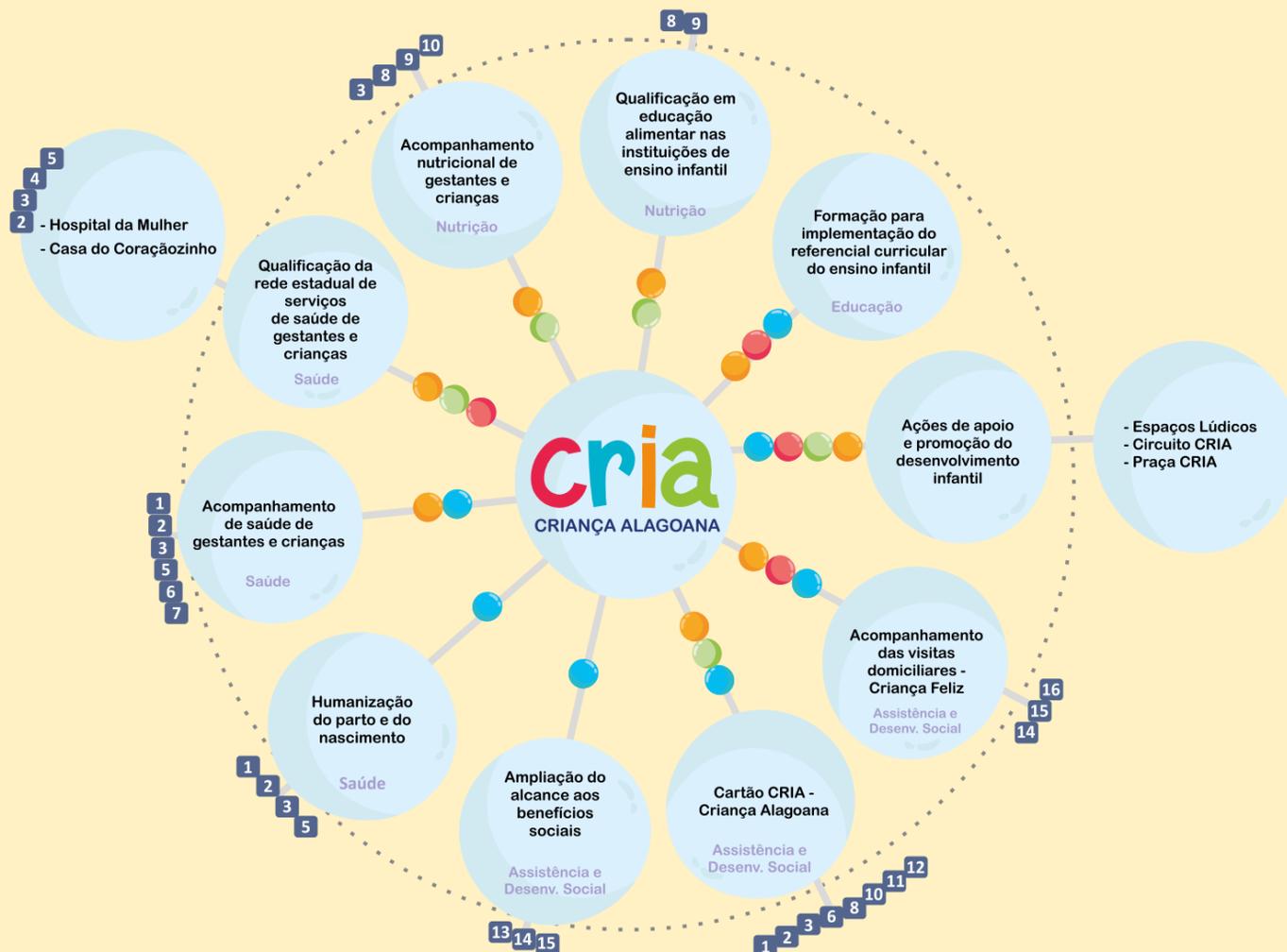
“
É preciso
uma aldeia
inteira para
educar uma
criança”
(Provérbio
Africano)

DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

DIRETRIZES

- Qualificação profissional para o desenvolvimento integral da primeira infância
- Promoção da recuperação nutricional de gestantes e crianças
- Estimulação do desenvolvimento cognitivo por meio dos vínculos afetivos, da ludicidade e da educação infantil
- Fortalecimento da rede de apoio, de serviços públicos e benefícios voltados para a proteção e o desenvolvimento integral da primeira infância

AÇÕES ESTRATÉGICAS



INDICADORES

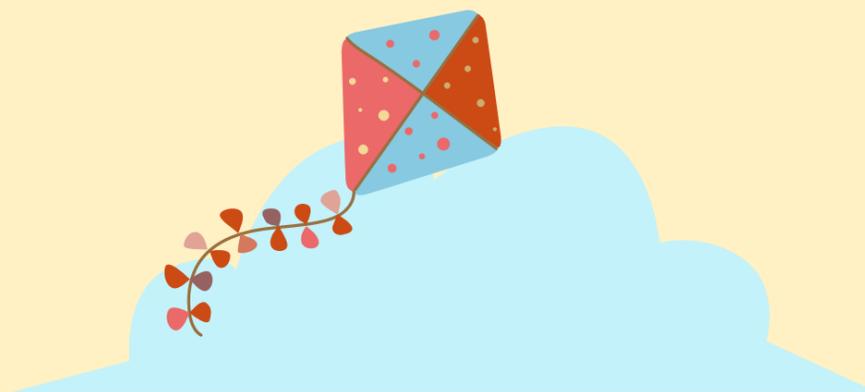
- Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para criança menores de 2 anos com cobertura vacinal preconizada
- Taxa de mortalidade infantil / N° de óbitos infantis segundo município de residência
- Razão de Mortalidade Materna
- N° de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade
- Proporção de parto normal no sistema único de saúde e na saúde suplementar
- Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal, por local de residência da mãe.
- Cobertura de triagem neonatal biológica (teste do pezinho)
- % de crianças menores de 5 anos com desnutrição crônica
- % de crianças menores de 5 anos com obesidade
- % de gestantes com adequado estado nutricional
- Cobertura do Benefício Variável Gestante (BVG)
- N° de beneficiários do Benefício Variável Nutriz (BVN)
- % de beneficiários do BPC na faixa etária de 0 a 6 anos
- % de indivíduos visitados para estímulo ao desenvolvimento infantil em relação à meta pactuada
- % de municípios que realizaram visitas para estímulo ao desenvolvimento infantil
- N° de indivíduos atendidos com visitas de estímulo ao desenvolvimento infantil



No quadro ao lado, o conjunto gráfico **Desenvolvimento Integral da Primeira Infância** reúne diretrizes, indicadores e ações estratégicas relativas ao CRIA. O diagrama mostra como as quatro Diretrizes Estratégicas definem as principais ações intersetoriais cujo impacto reflete diretamente nos Indicadores de Resultado – um conjunto de 16 indicadores que medem aspectos cruciais associados à primeira infância, como a taxa de mortalidade infantil e o percentual de gestantes com adequado estado nutricional.

“ O futuro de qualquer sociedade depende de sua capacidade de promover o desenvolvimento saudável da próxima geração”

(Brain Architecture – Center on The Developing Child at Harvard University)



AÇÕES ESTRATÉGICAS

O sucesso de todo planejamento decorre de uma aplicação efetiva. O mapeamento e o monitoramento constante de indicadores realizados pelo Programa CRIA – Criança Alagoana resultam numa série de ações estratégicas concebidas e coordenadas por uma equipe multidisciplinar, a partir de estudos e análise dos indicadores relacionados à primeira infância.

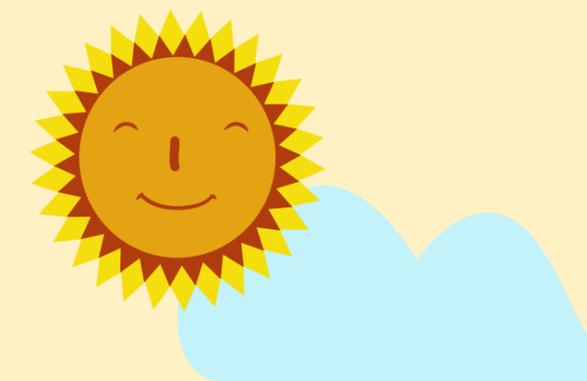
A lista contempla a realização de atividades educativas e projetos socio-culturais (Projeto Telas); a construção de unidades de saúde (Hospital da Mulher) e espaços recreacionais educativos (Praça Criança Alagoana e Espaços Lúdicos) e até um benefício para complementação da renda familiar com foco na nutrição de bebês e gestantes (Cartão CRIA).

A seguir, o CRIA apresenta mais detalhes sobre cada ação estratégica de promoção ao desenvolvimento infantil em Alagoas.





CARTÃO CRIA



UM FUTURO MELHOR HOJE

Nasce um novo tempo para a primeira infância em Alagoas: o Cartão CRIA. Agora, as gestantes e crianças alagoanas, em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único (CADÚNICO), podem receber um auxílio financeiro no valor de R\$ 100 (cem reais), por mês, para investir em cuidados com a alimentação, até a criança completar 6 anos. Também têm direito ao benefício as crianças portadoras da síndrome congênita por Zika vírus.

O principal objetivo é proporcionar melhor desenvolvimento para o chamado “intervalo de ouro” da primeira infância. Assim, a mãe conquista independência e autonomia para decidir sobre o uso mais adequado do recurso para a sua filha ou filho, podendo oferecer, além de uma alimentação apropriada, mais saúde e conforto para a criança.

Quando as gestantes se alimentam bem, com acesso a um cardápio variado –

incluindo frutas e vegetais –, elas propiciam a nutrição ideal para o feto e enriquecem os nutrientes do leite materno para a fase seguinte da amamentação. Quando as crianças se alimentam bem, elas aliviam a incômoda sensação de fome e estimulam o desenvolvimento cerebral durante o período inicial de crescimento.

Mais benefícios para todos

O alcance do Cartão CRIA se estende para toda a comunidade, uma vez que a injeção do recurso pode movimentar o comércio local e gerar emprego e renda nas localidades com usuárias assistidas.

Além disso, o benefício contribui para a inserção das famílias em serviços de saúde e assistência social. Com isso, promove o aumento do acesso a consultas de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, além de minimizar os riscos associados à ausência do pré-natal e da vacinação.

Como ter acesso

Para se inscrever no Cartão CRIA é simples. Basta procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mais próximo e cumprir as condições exigidas – mantendo as vacinas e exames em dia e realizando acompanhamento pré-natal.

Pronto, após isso, é só manter o benefício regularizado e seguir todas as orientações dos profissionais da Unidade de Saúde da Família (USF) do seu território e do CRAS da sua região.

As especificações podem ser consultadas no Guia Temático Cartão CRIA, disponível no endereço eletrônico: www.cria.al.gov.br.

O Cartão CRIA disponibiliza R\$ 100 (cem reais) por mês para cuidar das gestantes até o bebê completar 6 anos de vida.



FIQUE POR DENTRO

Em três questões, confira como funciona o Cartão CRIA, o mais novo acesso para uma primeira infância saudável.

1) Quem pode receber o Cartão CRIA?

Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, cadastradas no CADÚNICO, com gestantes em qualquer tempo da gravidez, sendo continuado até a criança completar 6 anos de idade.

Família inscritas no CADÚNICO que possuam crianças de 0 a 6 anos diagnosticadas com síndrome congênita por Zika vírus também têm direito ao auxílio.

2) Como adquirir o benefício?

A gestante deve estar com o cadastro atualizado no Cadúnico e comparecer ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) portando o Número de Identificação Social (NIS) e a caderneta

da gestante com pelo menos uma consulta de pré-natal.

Para gestantes menores de 16 anos é necessário apresentar documentação do responsável: carteira de identidade, CPF e NIS.

3) Qual o valor e como sacar o auxílio financeiro?

R\$ 100 (cem reais) por mês para família, desde a gestação até o 72º mês de vida da criança. O saque pode ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e nas casas lotéricas.



HOSPITAL DA CRIANÇA

O Hospital da Criança é uma das grandes ações do Programa CRIA e vem para transformar o atendimento hospitalar infantil em Alagoas. Projetado, exclusivamente, para atender aos pequeninos alagoanos, o hospital oferecerá serviços

de urgência, emergência e ambulatorial, em um ambiente moderno e humanizado, construído em uma área de 4.261,29 m².

O projeto da unidade hospitalar trará um novo tempo para a saúde do Es-

tado de Alagoas, garantindo atendimento adequado para cada faixa etária, com assistência médica especializada e equipamentos de última geração. Além de tudo isso, o Hospital da Criança representa um alento para os pais, que agora sabem que os filhos terão assistência à saúde como nunca ofertado pelo Estado.

ESTRUTURA

O Hospital da Criança vai contar com dois pavimentos. O térreo terá 12 áreas, divididas entre a Urgência e Emergência, Ambulatório, Laboratório, Agência Transfusional e o Serviço de Nutrição



e Dietética (SND). Também estarão presentes nesse pavimento o Lactário, Serviço de Raios X e Ultrassonografia, Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVS), além dos setores administrativos, repouso e vestiário para servidores, auditório e necrotério.

Já no pavimento superior do Hospital da Criança ficarão dois quartos para isolamento e as enfermarias para internação, totalizando 52 leitos. Do total, 20 leitos serão destinados para menores de 1 ano, 16 leitos para crianças entre 1 a 4 anos, oito leitos para pacientes na faixa etária de 5 aos 9 anos e mais oito leitos destinados a usuários com idades entre 10 e 14 anos.





HOSPITAL DA MULHER

REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO HUMANIZADO

O Governo do Estado presenteou as alagoanas com um hospital exclusivo. O prédio de sete andares, situado no bairro do Poço, em Maceió, foi inaugurado no dia 29 de setembro de 2019 e batizado Hospital da Mulher

Nise da Silveira. A homenagem para a conterrânea ilustre, reconhecida em todo mundo por revolucionar os métodos de tratamento mental, demonstra que a unidade já nasceu inspirada nos conceitos de humanização.



Humanizar é um exercício de relacionamento e dedicação. É a arte do acolhimento e da compreensão – aspectos imprescindíveis à primeira infância. A ênfase na humanização da assistência a gestantes, puérperas e bebês é mais uma marca do Programa CRIA.

E nesse sentido, em menos de cinco meses de portas abertas, o Hospital da Mulher já se tornou referência no atendimento humanizado em Alagoas. Com 127 leitos, 14 ambulatórios e instalações modernas, o equipamento tem capacidade para realizar mais de 225 partos por mês.

Mesmo no início, os números já impressionam. Da inauguração até o dia 31 de janeiro de 2020, a unidade contabilizou 3.188 atendimentos – entre consultas especializadas, procedimentos de urgência, exames, partos e cirurgias.

A estrutura oferece uma ampla lista de procedimentos operados por equipe interdisciplinar e multiprofissional nos

seguintes ambulatórios: ginecologia, colposcopia, cirurgia ginecológica, planejamento familiar, mastologia, anestesia, psicologia, otorrino, cardiopediatria, infectologia, nutrição, pediatria, proctologia, neonatologia, psiquiatria, fonoaudiologia e obstetrícia.

A estrutura completa possui salas de observação obstétrica, internação ginecológica e obstétrica e Unidades de Cuidados Intermediários (UCI), além de enfermarias, lactário, ginecologia infanto puberal e salas de vacina, de coleta de exames laboratoriais e de curativos.

Bebê número mil

Em geral, as avaliações mais significativas vêm dos próprios usuários. O nascimento da pequena Thayla Caroline da Silva Chagas, por exemplo, trouxe emoção aos familiares e também a toda equipe médica que realizou o parto nor-





mal humanizado, às 16h08, do dia 10 de fevereiro de 2020.

Na tarde daquela segunda-feira, a criança de 3.9 quilos e 52 centímetros protagonizou uma marca histórica para o Hospital da Mulher: Thayla foi o bebê de número mil a chegar ao mundo na maternidade do centro hospitalar dedicado exclusivamente as mulheres.

O atendimento à mãe obedeceu ao protocolo. Primeiro, ao ser acolhida pela equipe multiprofissional, a gestante fica em observação na Classificação de Risco

e, após reavaliação médica, é encaminhada para o centro específico. No caso de Tatiana Maria da Silva, mãe de Thayla, para o Centro de Parto Normal (CPN) do hospital, que conta com ambiente confortável para deambulação, chuveiro morno, banheira, trabalho com bola suíça, musicoterapia, aromaterapia e penumbra.

“Quero agradecer a toda equipe que acompanhou a gente, desde que colocamos os pés aqui”, disse Tatiana, à época do nascimento da filha.



HUMANIZAÇÃO DAS CASAS DE PARTO

No atendimento médico humanizado, a prática começa como política institucional, efetiva-se enquanto protocolo profissional e culmina com a participação de pacientes e familiares.

O Governo de Alagoas pretende investir ainda mais na promoção de atendimentos humanizados. O objetivo é reestruturar as Casas de Parto e Centros de Parto Normal das dez regiões de saúde do Estado com equipamentos e materiais permanentes para o fortalecimento de boas práticas obstétricas, além da implantação dos testes de Triagem Neonatal (Teste do Coraçãozinho e do Olhinho).



ESPAÇO LÚDICO CRIA

Os Espaços Lúdicos favorecem o brincar, a leitura e a interação em locais públicos de atendimento à população nas áreas de saúde, educação e assistência social. Em locais de saúde – como hospitais e postos de atendimento – a presença de espaços lúdicos para brincadeiras pode colaborar na recuperação e na humanização do atendimento às crianças, tornando a ida ao médico mais leve para os pequeninos.

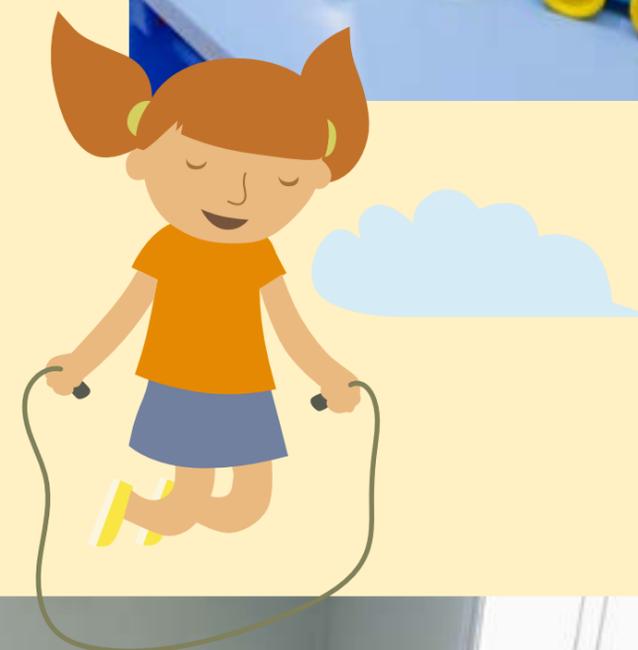
O Hospital da Mulher Nise da Silveira e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) construídas pelo Governo do Estado nos bairros do Tabuleiro e do Jacintinho possuem brinquedotecas em suas estruturas. Por lá, o ato de brincar pode ajudar as crianças a superar o medo de procedimentos médicos e facilitar a adesão aos tratamentos para sua recuperação. É nessa hora que os Espaços Lúdicos do CRIA fazem a diferença.

Em outros locais públicos, como os Centros de Assistência Social (CRAS), os espaços lúdicos também são importantes, já que apoiam as famílias e os servidores ao deixar o ambiente mais favorável à realização das atividades com as crianças.



O programa pretende implantar os espaços nos CRAS dos municípios alagoanos e, ao finalizar esta etapa, buscará implantar também nas demais unidades de assistência social. As escolas de educação infantil também serão contempladas, começando pelas creches e depois as pré-escolas.

As especificações para adoção desses locais podem ser consultadas no Manual de Implantação de Espaços Lúdicos, disponível em: www.cria.al.gov.br.





CIRCUITO CRIA

Na fase inicial da vida, permeada pela “pureza da resposta das crianças” – como canta Gonzaguinha na música *O Que é, O Que é* –, brincar é indispensável para o amadurecimento de toda a garotada. E se elas fizerem atividades recreativas na companhia dos próprios pais, então é melhor ainda.

O projeto itinerante é cuidadosamente estruturado com foco no desenvolvimento infantil. O objetivo é oferecer atividades lúdicas e serviços de atendimento a gestantes e crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos. Em quatro anos de atuação, entre 2016 e 2019, o Circuito CRIA realizou 58.353 atendimentos a gestantes

e crianças em municípios alagoanos por meio das edições do Governo Presente.

Em cada edição, a arena de concentração do circuito é montada em um espaço aberto à comunidade. Os estandes são equipados para receber gestantes e crianças da rede pública de ensino, oferecendo atividades variadas de estímulo ao desenvolvimento infantil como contação de histórias, jogos educativos, pintura, distribuição de livros e orientações sobre saúde bucal e primeiros socorros.



E tem mais: entre outras atividades com foco nas habilidades da primeira infância, o Circuito CRIA também oferece oficina de iniciação à robótica, introdução à linguagem de sinais e teatro de fantoches com foco na prevenção às

drogas e à violência em sala de aula. Já para as gestantes, o projeto contempla práticas obstétricas humanizadas, como pintura no ventre e barriga de gesso, além de orientações sobre aleitamento materno, alimentação saudável, cuidados com o recém-nascido, reanimação neonatal, prevenção de acidentes e benefícios sociais.

Em paralelo às ações da arena principal do Circuito CRIA, também são realizadas outras atividades relevantes para o fortalecimento da primeira infância no município. Em cada localidade acontece uma reunião de sensibilização junto aos gestores para tratar sobre a importância dos investimentos nessa fase inicial e tão importante da vida. São realizadas capacitações para professores de Educação Infantil, além da exibição do documentário *O Começo da Vida* em cada edição do projeto.

As especificações para adoção desses locais podem ser consultadas no Manual de Implantação do Circuito CRIA, disponível em: www.cria.al.gov.br.





PRAÇA DA CRIANÇA ALAGOANA

A Praça da Criança Alagoana foi concebida como ambiente para estimular o convívio familiar durante momentos de lazer. Espaços públicos que proporcionem interação saudável entre pais, mães e filhos, num projeto destinado às comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de lazer, tendo como

foco atender as famílias com crianças de 0 (zero) aos 6 (seis) anos de vida.

A ideia partiu do conceito clássico de praças e contempla equipamentos de estímulo ao desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial das crianças na primeira infância. Além de resgatar o direito de brincar, um direito garantido

por lei, a implantação da praça oferece à população alagoana um local propício ao desenvolvimento de competências e habilidades de socialização; de fortalecimento dos vínculos familiares; de desenvolvimento das capacidades físicas do corpo humano; além do desenvolvimento intelectual, uma vez que estudos evidenciam que brincar é a melhor forma de aprendizagem.

O projeto de implantação da Praça abrange diferentes cidades de Alagoas por meio da parceria entre os governos estadual e municipal, com a assinatura de termo de cooperação ou de compromisso com as respectivas contrapartidas. A praça terá brinquedos tipo playground e áreas de convivência e espaços onde poderão ser realizadas atividades educacionais, artísticas e culturais.

O espaço apresenta layout padronizado e conta com dois modelos padrões para áreas com tamanhos distintos: 700m² e 600m². Ambos poderão variar quanto ao piso do playground, podendo ser em borracha ou areia, visando absorver o impacto em caso de queda da criança.

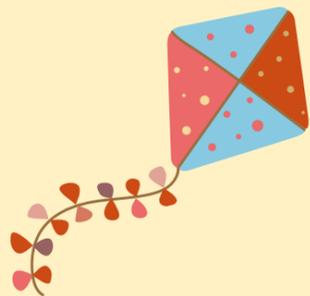
Brinquedos temáticos inspirados em Alagoas

A Praça da Criança Alagoana contém uma coleção de brinquedos desenvolvida exclusivamente para o Programa CRIA. Os equipamentos foram concebidos a partir de estudos do desenvolvimento motor, sensorial, cognitivo e o equilíbrio das crianças, aspectos essenciais a serem trabalhados na primeira infância. Para isso, foram idealizados brinquedos inéditos, com referências ao folclore e à história alagoana. O brinquedo Guerreiro, por exemplo, é inspirado no chapéu desse folgado, com dois escorregas nas laterais e a igreja ao centro, por onde as crianças também podem entrar e brincar.

Além do chapéu de guerreiro alagoano, há ainda os brinquedos Corais (módulos inspirados na APA Costa dos Corais), Pastoril, Canavial (um circuito de equilíbrio formado por troncos de diferentes alturas e que lembram uma plantação de cana), Serra da Barriga (dois escorregas que reme-

SERRA DA BARRIGA
Escorrega que remete ao Quilombo dos Palmares



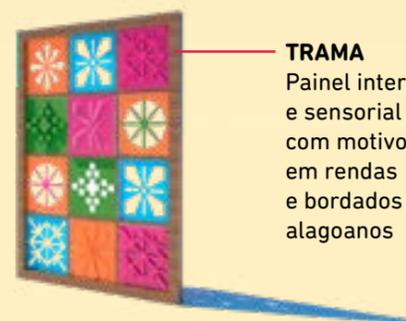


tem ao Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em União), Rede (inspirado nas redes de pesca), Trama (inspirado nos pontos de rendas e bordados alagoanos) e Canoa (um balanço que remete às embarcações dos pescadores).

As especificações podem ser consultadas na publicação Manual de Implantação da Praça da Criança Alagoana, disponível em: www.cria.al.gov.br.



REDE
Brinquedo inspirado nas redes de pesca



TRAMA
Painel interativo e sensorial com motivos em rendas e bordados alagoanos



PROJETO TELAS

Todo pai sabe que uma das brincadeiras mais simples e que toda criança gosta é desenhar, rabiscar e pintar. Uma diversão singela, essencial para o desenvolvimento cognitivo e que pode até revelar verdadeiros talentos artísticos. O Projeto Telas funciona como uma versão aprimorada dessa brincadeira ao oferecer oficinas práticas de desenho e pintura em telas para alunos do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino.

O objetivo é ambientar unidades de saúde com quadros pintados pelos participantes das oficinas. Como resultado, a ação oferece mais uma forma de humanizar os ambientes de assistência integral.

Em 2019, o projeto ocorreu em duas etapas. No primeiro momento, os alunos das Escolas Estaduais Maria Rosália Ambrózzio e Vitorino da Rocha, ambas localizadas no CEPA, produziram 87 de-



senhos em papel Canson nas dimensões A4 e A3 utilizando lápis de cor e giz cera representando o cotidiano e vivências das crianças relacionadas às temáticas Família e Brincadeiras de crianças.

Na segunda etapa, os alunos das Escolas Estaduais Fernandes Lima, situada no bairro São Jorge, e Professor Virgínio de Campos, localizada no bairro Pajuçara, confeccionaram pinturas em dez telas no tamanho 1m por 1,5m com a temática A Cultura Alagoana envolvendo lendas, danças, folclore, paisagens e elementos representativos do cotidiano local.

Arte e aprendizado

A adesão nas oficinas começa com a seleção ou o desenvolvimento de um conceito estabelecido de pintura, sempre com a intervenção técnica de um profes-

sional da área. A partir da orientação da professora de desenho e artes visuais, os alunos conhecem as técnicas de pintura, aprendem sobre proporção, composição de cores e transposição de desenhos para outras superfícies para que possam executar suas ideias em folhas de rascunho.



Ao fim, após estudar a temática e desenhar os esboços, os alunos passam seus desenhos para a tela, num processo que envolve escolhas, experiências pessoais, aprendizagens, relação com materiais e sentimentos.





CREN

CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL



“Alimente um sonho”. O lema do Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN) sintetiza a missão de potencializar a transformação e resgatar a vida de crianças entre 0 e 6 anos de vida, enfrentando a subnutrição e a obesidade, nutrindo corpo, mente e relações para o desenvolvimento integral da pessoa e da família.

O CREN é um espaço renomado de pesquisa e desenvolvimento de me-

todologias de atendimento, que conta também com a participação de alunos, professores e pesquisadores de várias universidades do Brasil. Foi premiado pelo UNICEF e reconhecido como referência nacional para o tratamento e prevenção de desnutrição infantil.

Em Alagoas, a unidade, que é a única existente na região Nordeste, atua em 24 comunidades de Maceió e atende crianças em semi-internato com acom-



panhamento psicossocial, pedagógico, odontológico e nutricional. No local, a estrutura comporta banheiros adaptados para o público infantil, horta e um roteiro de atividades lúdicas e educativas, além de horários precisamente estabelecidos para promover o crescimento e desenvolvimento da criança. Práticas como estas, uma vez bem aplicadas, promovem o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

A ação do CRIA é justamente levar essa metodologia de atendimento integral para os municípios alagoanos, através de apoio financeiro à unidade do CREN localizada no conjunto Denison Menezes, em Maceió.



E tem mais: o CRIA dispõe da Coleção Primeira Infância, com três volumes relacionados a cuidados nutricionais; promove oficinas de treinamento junto a profissionais de educação infantil dos municípios; realiza atividades lúdicas para orientar as crianças sobre alimentação saudável nas edições do Circuito CRIA; e monitora o estado nutricional de crianças e gestantes beneficiárias do Cartão CRIA.



NÚMEROS DO CREN

81 mil
Atendimentos nas comunidades

20.250
Famílias beneficiadas

24.400
Crianças assistidas

13 mil
Refeições servidas por mês



CASA DO CORAÇÃOZINHO

Dentro do peito de toda criança bate um coração cheio de esperança. Com a finalidade de oferecer atendimento e tratamento humanizados aos pequenos alagoanos que nasceram ou sofrem com algum tipo de cardiopatia congênita, a Casa do Coraçãozinho foi inaugurada em dezembro de 2016. É mais uma ação do Governo de Alagoas em prol da primeira infância.

A unidade localizada no bairro da Gruta, em Maceió, possui estrutura completa com consultórios, brinquedoteca, área de treinamento para profissionais da saúde, auditório e um espaço chamado Cantinho da Família, que acomoda parentes dos usuários vindos do interior do Estado (cerca de 40% dos pacientes) e de bairros mais distantes da periferia da capital.

Antes da implantação da Casa do Coraçãozinho, as crianças com cardiopatia precisavam realizar o tratamento fora do Estado. Agora, elas recebem assistência integral oferecida por uma equipe multiprofissional composta por pediatras, cardiologistas, psicólogos e assistentes sociais. O serviço contempla a realização de exames e acompanhamento ambulatorial clínico e cirúrgico gratuitos para crianças cardiopatas usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quando o coração bate firme e forte, a vida tem mais chances de se prolongar. Mais que fornecer o diagnóstico ou encaminhar a criança para processos cirúrgicos, a Casa do Coraçãozinho acolhe, monitora, trata e acompanha o crescimento e desenvolvimento dos pequenos ao longo de todo o tratamento.



Da inauguração até março de 2019, a Casa do Coraçãozinho registrou a realização de 4.852 consultas, 4.604 ecocardiogramas, 1.581 eletrocardiogramas, 81 exames de raios-X, 157 exames de hemodinâmica e 338 cirurgias, totalizando 11.613 procedimentos. Ao todo, mais de cinco mil crianças foram beneficiadas com o serviço. Hoje, o espaço é considerado um centro de referência em cardiopatia congênita em Alagoas.



PROJETOS DE ÓRGÃOS E SECRETARIAS PARCEIRAS



As ações complementares promovidas por órgãos e secretarias de Estado parceiras são indispensáveis quando o assunto é a primeira infância. Numa iniciativa de dimensões tão abrangentes como ocorre com o Programa CRIA – Criança Alagoana, projetos realizados por demais en-

tes públicos ampliam o alcance e contribuem com práticas saudáveis e assertivas para qualidade de vida da gestante e para o desenvolvimento infantil. A relação a seguir apresenta uma breve descrição de atividades associadas ao CRIA executadas por outros organismos do Governo de Alagoas.

GABINETE CIVIL

Suquinho de Memória

O projeto idealizado pelo Gabinete Civil, por meio do Arquivo Público de Alagoas, promove o conhecimento e a valorização da herança cultural, social e histórica e fortalece o sentimento de identidade e cidadania nas crianças. As atividades lúdicas realizadas no Arquivo Público contam com o apoio da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e visam incentivar a leitura e a pesquisa entre o público infantil.

SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)

Ações na Biblioteca Pública

A Secult realiza atividades destinadas à literatura dentro da Biblioteca Pública do Estado com o intuito de incentivar o gosto pela leitura durante a primeira infância e a vivência dentro da biblioteca. No total, são quatro atividades voltadas às crianças de escolas públicas estaduais: Bibliotur, Hora do Conto, Bebeteca e Playground.

Concurso de Literatura Infantil

O concurso realizado pela Secretaria de Estado da Cultura objetiva estimu-

lar a produção literária infantil e valorizar escritores alagoanos por meio de diversas premiações.

Cursos do Centro de Belas Artes de Alagoas (Cenart)

Os cursos do Cenart são oferecidos para grávidas e crianças que estão no final da primeira infância. As mães podem se inscrever no curso de artesanato criativo. Já para os pequenos, há cursos de balé e flauta doce.

Visitas Guiadas ao Museu da Imagem e do Som (MISA) e Museu Floriano Peixoto (MUPA)

Por meio das visitas guiadas, as crianças realizam os primeiros contatos com os museus e suas obras. Durante o passeio pelos conjuntos arquitetônicos do Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA) e do Museu Floriano Peixoto, elas aprendem sobre mobiliários dos séculos XIX e XX, objetos antigos e obras de grandes pintores alagoanos, como Rosalvo Ribeiro, Lourenço Peixoto e Pierre Chalita. No caso do MISA, o roteiro inclui o acesso ao patrimônio audiovisual do Estado de Alagoas.



DIRETORIA DE TEATROS DE ALAGOAS (DITEAL)

Teatro é o Maior Barato

O Teatro Deodoro abre as portas a preços acessíveis para oferecer apresentações artísticas em segmentos como música, dança e teatro. O projeto contempla a exibição de peças infantis produzidas por companhias alagoanas e promove sessões gratuitas para estudantes de escolas públicas.



Orquestra Sinfônica e Quartas Eruditas

No projeto chamado Quartas Eruditas, a Orquestra Sinfônica de Alagoas apresenta espetáculos na Sala de Música do Complexo Cultural Teatro Deodoro. A programação inclui espetáculos para crianças inspirados na temática infantil.

Além de estimular o gosto pela música clássica, a ação visa disseminar o conhecimento sobre obras e compositores.

IMPrensa OFICIAL GRACILIANO RAMOS

Coleção Coco de Roda

A coleção de livros infantis retrata aspectos da cultura, da geografia e da história de Alagoas, com obras escritas e ilustradas por autores alagoanos ou radicados no estado. Com o selo temático, a editora da Imprensa Oficial se propõe a incentivar a literatura para pequenos leitores ao passo que oferece textos com abordagens originais sobre os valores, a tradição e o saber da nossa terra e do nosso povo.

SECRETARIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA (SEPREV)

Projeto Vozes da Infância

O projeto Vozes da Infância envolve uma série de capacitações para profissionais da educação infantil, familiares e crianças com até 6 anos de idade matriculadas nas escolas públicas. O objetivo da ação é oferecer orientação para aprimorar a identificação de casos de violência contra o público inserido na primeira infância.



SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)

Escola Segura

Projeto baseado na Lei Lucas, o Escola Segura capacita profissionais de escolas públicas a atuarem com segurança em caso de atendimento de urgência para crianças. Desta forma, busca-se evitar o agravamento de quadros de saúde, ou até mesmo óbitos, antes que o socorro especializado chegue até as unidades de ensino.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SECTI)

ExpoSecti

Para despertar na criança o interesse pela pesquisa científica, a ExpoSecti

oferece atividades lúdicas inspiradas em temáticas como tecnologia, inovação, criatividade, consciência ecológica e sustentabilidade. Para isso, são realizadas atividades de iniciação à robótica com resíduos sólidos reutilizáveis, sessões de cinema sobre tecnologia e inovação e oficinas de foguetes com garrafas PET e canudos de papel.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE (IMA)

Projetos Ambientais

O órgão promove ações de proteção ao meio ambiente com foco no público infantil, tais como: Barco Escola; Alagoas Mais Verde; Horta Viva e Cine Ambiental, além de ofertar publicações destinadas às crianças. Os projetos abordam os cuidados com a fauna e flora de Alagoas em visitas de campo que proporcionam interação com o meio ambiente.



IMPACTOS NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO: O CRIA É UMA REALIDADE

Alagoas registra a maior queda na Taxa de Mortalidade Infantil no país

Alagoas é o segundo estado brasileiro com **menor Razão de Mortalidade Materna**

100% das maternidades da rede estadual realizam os testes do Pezinho e Coraçõzinho

Aumento de 15,6% de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal

98% dos municípios alagoanos promovem **visitas domiciliares de estímulo ao desenvolvimento infantil**

Ampliação do número de gestantes e nutrizes com benefícios sociais em Alagoas

Alagoas supera média nacional e do Nordeste na redução da desnutrição infantil

Multidisciplinar e multifacetado, o CRIA nasce como vértebra de apoio, mas logo nos os primeiros resultados se transforma em eixo central de uma gestão estratégica para atenção integral à primeira infância. As significativas mudanças apresentadas nos indicadores relativos ao tema confirmam: o CRIA é uma realidade.

Taxa de Mortalidade Infantil: Redução de 12%

Mais chances para novas vidas. Um conjunto de ações prioritárias promovi-

das pelo Governo do Estado diminuiu a taxa de mortalidade infantil em Alagoas entre os anos de 2014 e 2017. Com isso, Alagoas foi o estado brasileiro que promoveu a maior redução do índice na última década. O Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde confirmou o recuo na taxa de 15,29 para 13,40 mortes a cada mil nascidos vivos, numa redução real de 12,36%.

O problema crônico do passado vem dando expressivos sinais de superação graças a políticas públicas e investimos

que proporcionam acesso, integralidade, resolutividade e qualidade na assistência médica e social.

O combate à mortalidade infantil demanda o acompanhamento de diversos componentes. A lista contempla o monitoramento da assistência pré-natal, a vinculação da gestante ao local do parto (para evitar peregrinação), boas práticas durante o atendimento ao parto e ao nascimento e, por fim, a qualidade da atenção hospitalar ofertada a crianças menores de 1 ano.

Há também uma série de intervenções mais específicas: o estímulo ao pré-natal, a oferta de testes rápidos para diminuir a transmissão vertical do vírus HIV, a implantação do fluxo de vigilância para crianças com síndrome congênita e outras atuações dirigidas à primeira infância.

Razão de Mortalidade Materna (RMM): Redução superior a 50%

Com o auxílio dos esforços integrados e permanentes do CRIA, Alagoas também se destacou na Redução da Razão de Mortalidade Materna (RMM). Em 2014, o Estado amargava a última colocação nos indicadores. Três anos depois, em 2017, tornou-se o segundo com o

menor índice RMM. Números do Ministério da Saúde apontam a redução de 104,13 para 31,77 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, numa queda de 69,49%. No período, Alagoas foi o estado brasileiro que apresentou o índice de redução.

O resultado foi fruto da avaliação constante do acesso e da qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto. O acompanhamento pautado nas boas práticas de atenção ao nascimento reduz as mortes maternas evitáveis cujas principais causas são: hipertensão, hemorragia e infecções perinatais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu o óbito materno como “a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o nascimento, independentemente da duração ou da localização da gravidez”.

Testes do Pezinho e Coraçõzinho em 100% das maternidades

Em Alagoas, o Teste do Pezinho e o Teste do Coraçõzinho representam uma conquista valorosa quando o assunto é a primeira infância. Afinal, atualmente, ambos são realizados em 100% das maternidades.



Os testes de triagem neonatal são úteis para detecção precoce das condições que prejudicam o desenvolvimento do recém-nascido. E como sabemos, com a saúde firme e o coração forte, a vida tem mais chances de acontecer.

No Teste do Pezinho, realizado a partir de 48 horas após o nascimento – e no máximo até o sétimo dia –, a coleta de uma gota de sangue na região do calcanhar pode identificar moléstias. A relação inclui hipotireoidismo congênito, anemia falciforme e fibrose cística, entre outras.

Já no Teste do Coraçõzinho, caso o resultado indique alterações, entra-se em contato com a Casa do Coraçõzinho para avaliação do quadro clínico e necessidade de cirurgia. Entre 2015 e 2018, foram realizados 4.818 agendamentos para consultas e 288 cirurgias cardíacas na unidade.

■ **Nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal: aumento proporcional de 15,6%**

Um índice tão específico quanto importante: o número de nascidos vivos de mães que fizeram sete ou mais consultas de pré-natal. Com a estatística, busca-se verificar se a gestante re-

cebeu assistência adequada antes do parto. O milagre da vida exige atenção e cuidados especiais.

Por aqui, os dados apontam um aumento proporcional de 15,6% entre 2014 e 2017. Um salto de 51,81% para 59,88%. A variação registrada no período evidencia que, a cada ano, conseguimos trazer mais alagoanas e alagoanos para o mundo. Viva!

■ **Criança Feliz chegou a 98% dos municípios**

O programa realizado em parceria com o Governo Federal ocorre em Alagoas por meio da ação chamada Visitas Domiciliares, que promove atividades nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos para grupos de gestantes e crianças entre 0 e 72 meses.

O objetivo do índice é simples, porém revelador: identificar de forma quantitativa os municípios que promovem ações para o fortalecimento integral das crianças na primeira infância, considerando a relação familiar e o contexto de vida.

Em 2019, mediante ações promovidas em conjunto com o CRIA, o Criança

Feliz acumulou visitas e chegou a uma cobertura de 98% dos municípios alagoanos. Ao todo, foram mais de 17 mil pessoas atendidas num total de 100 cidades. Estamos quase lá!

■ **Incremento de 79% no BVG e 44% no BVN**

Benefício Variável a Nutriz (BVN) e Benefício Variável a Gestante (BVG). A nomenclatura das duas siglas pode causar estranhamento, mas sua destinação tem contribuído para fortalecer os mecanismos de apoio à primeira infância.

Explicando: o BVG é um recurso pago à unidade familiar atendida pelo Bolsa Família, com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa e que apresente gestantes em sua composição. Já o BVN, com aporte de mesmo valor, é destinado às famílias cadastradas que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses.

O intuito é o mais nobre – uma questão de sobrevivência: nutrir. Um auxílio para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que a criança não more com a mãe. Em Alagoas, a boa nova é que, entre dezembro de 2014 e dezembro de 2017, houve incrementos da ordem de 79% no BVG e de 44% no BVN.

■ **Redução de 5,01% na desnutrição infantil**

Entre 2014 e 2017, Alagoas se destacou em outro relevante indicador para a primeira infância ao diminuir em 5,01% a prevalência de desnutrição infantil. A redução superou a média nacional (3,28%) e a da região Nordeste (2,99%).

O número decorre do empenho do Governo de Alagoas que, por meio do CRIA, promoveu uma série de ações, como a capacitação para profissionais de saúde sobre avaliação nutricional de crianças e gestantes e o mapeamento de crianças em risco nutricional-desnutrição crônica. O levantamento foi fundamental para nortear a ampliação do Projeto Estadual de Complementação Alimentar que, além das gestantes, passou a contemplar crianças desnutridas e nutrízes. Com isso, famílias com crianças diagnosticadas em estado de desnutrição crônica passaram a receber cestas básicas do Estado e a serem monitoradas para acompanhamento da recuperação nutricional.

COMO O MUNICÍPIO PODE IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE PRIMEIRA INFÂNCIA?



O desenvolvimento de ações integradas em prol da primeira infância pode ser realizado de forma planejada e estruturada por etapas sequenciais sugeridas nesta publicação, cabendo ao município adaptá-las a sua realidade local.

1) SENSIBILIZAÇÃO DOS GESTORES LOCAIS

A sensibilização dos gestores é o primeiro passo para iniciar o planejamento das ações em prol da primeira infância. É momento de apresentar os conceitos sobre primeira infância e os ganhos com as ações de primeira infância para o município. Nessa ocasião, já é citada a necessidade de formação de um Comitê Gestor Municipal e solicitado aos secretários designar os técnicos que o comporão.

2) FORMAÇÃO DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL

O Comitê Gestor Municipal da Primeira Infância (CGM) é a principal instância de planejamento, tomada de decisão, definição das estratégias e ações de primeira infância no município. O Comitê deverá ser constituído por representantes das áreas de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social, podendo haver também representantes de outras áreas, a critério do município. Recomenda-se que a criação do Comitê Gestor Municipal se dê por meio de decreto do Poder Executivo Municipal, e a nomeação de seus membros, por meio de portaria.

Recomenda-se, ainda, que o Comitê Gestor Municipal realize reuniões semanais e registre os seus encaminhamentos em ata de reunião. A assiduidade dos encontros e a abertura para a construção coletiva são fundamentais para que o comitê se fortaleça e permaneça engajado.

É importante destacar que o programa não pertence a uma área específica. O programa é intersetorial, com várias ações convergindo para o foco no usuário do serviço: famílias com gestantes e crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos. Portanto, o Comitê deve ter sempre presente a ideia de que o programa é, antes de tudo, do município, das gestantes e das crianças.

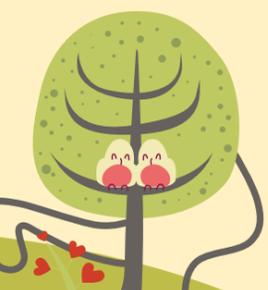
A posteriori, mediante estruturação da rede local de atenção à primeira infância, é recomendado que as ONGs, as universidades locais, os conselhos tutelares, os conselhos de direitos e demais

movimentos ligados à causa da criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos estejam representados no grupo. Com a rede local de atendimento à primeira infância conhecida, reconhecida e pactuada, o município estará com a base para realizar os encaminhamentos e direcionamentos das demandas advindas do Comitê Gestor Municipal.

3) DEFINIÇÃO DO ARTICULADOR LOCAL

O Articulador Local é o responsável por acompanhar a execução do Plano de Ação da Primeira Infância no município, fazendo a interface entre os gestores municipais e a equipe.

Sua indicação poderá ser realizada por meio de portaria do Poder Executivo Mu-



nicipal e entre as suas atribuições devem estar as seguintes atividades:

ATRIBUIÇÕES DO ARTICULADOR LOCAL

- 1 Articular, organizar e participar das reuniões semanais do Comitê Gestor Municipal, de forma a promover a integração e participação dos membros.
- 2 Monitorar a resolutividade das demandas provenientes das reuniões do CGM.
- 3 Consolidar o Diagnóstico da Primeira Infância no município.
- 4 Apoiar e auxiliar a realização e a divulgação de eventos de primeira infância no município.
- 5 Promover a articulação entre prefeito, secretários e demais lideranças no município.
- 6 Coordenar a estruturação da rede de atenção à primeira infância no município.
- 7 Facilitar a convergência das ações junto ao CGM, garantindo o foco no usuário do serviço: gestantes e crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Recomenda-se que o Articulador Local disponibilize ao menos 20 horas por semana para a realização das atividades pertinentes ao programa no município.



4) SENSIBILIZAÇÃO DE TÉCNICOS E MEMBROS DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL

O Articulador Local e/ou os integrantes do Comitê Gestor Municipal serão orientados pela equipe estadual do Programa da Primeira Infância para atuarem ativamente na definição de ações municipais em favor da primeira infância, por meio de treinamentos, palestras, oficinas ou cursos.

Ao Articulador Local da primeira infância caberá organizar a primeira reunião com os membros do Comitê Gestor Municipal da Primeira Infância, em que deverá estar presente o(a) prefeito(a) e/ou a primeira-dama. Neste encontro, recomenda-se que o gestor apresente os motivos que o levaram a aderir ao CRIA e em quais áreas o município atuará de forma prioritária nos cuidados com a primeira infância local.

O Programa CRIA – Criança Alagoana, adotou o documentário *O Começo*

da Vida como parte do processo de sensibilização de gestores públicos e profissionais ligados principalmente às áreas de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social. O filme é baseado nas recentes descobertas da neurociência sobre a primeira infância e mostra entrevistas com especialistas e histórias de famílias das mais diversas culturas e classes sociais em países como Brasil, Canadá, Índia, China, Quênia, Itália, Argentina, Estados Unidos e França.

A obra é disponibilizada gratuitamente pela plataforma online do Videocamp e o link de acesso é: www.videocamp.com/pt/movies/o-comeco-da-vida. O filme é liberado para download. Caso deseje organizar uma exibição, poderão ser utilizados materiais de apoio, cartazes de divulgação da exibição e guia prático para conduzir as discussões, também disponíveis na plataforma online.

A exibição do filme pode acompanhar capacitações e debates sobre a primeira infância. O local de exibição recomendado é um auditório ou sala que disponha de data show, microfone, som

e lugares suficientes para o público-alvo esperado. Oportunamente, o município poderá oferecer lanche ou pipoca e bebida não alcoólica para os participantes. Recomenda-se que no dia do evento seja repassada e recolhida uma lista de presença para efeito de registro dos participantes.

5) DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Essa etapa tem como objetivo diagnosticar a realidade social e as ações voltadas à primeira infância no município. Contempla dados referentes às gestantes, às crianças e às famílias, atendimentos institucionais de Educação, Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social. Para realizar o diagnóstico, sugerimos um modelo, que se encontra no anexo I deste livro guia, sendo facultado ao município adaptá-lo à realidade local.

Os dados obtidos por meio da coleta diagnóstica possibilitam visualizar estratégias de implantação e implementação das ações voltadas à primeira infância. Recomenda-se que o preenchimento do diagnóstico seja realizado a partir da base de dados oficiais, disponíveis em todos os municípios e que normalmente subsidiam os respectivos Planos Municipais.



6) PLANO DE AÇÃO

Uma vez conhecido o diagnóstico da realidade da primeira infância, sugere-se que o município desenvolva uma lista de ações prioritárias para atender às demandas percebidas no diagnóstico e, desse modo, ampliar e fortalecer a rede de atendimento à gestante e à criança pequena na cidade. Este processo dará origem ao plano de ação municipal, com base nos princípios estabelecidos pela Lei Estadual nº 7965/2018 que instituiu o Programa CRIA. No anexo II, encontra-se uma sugestão de estrutura para plano de ação.

Recomenda-se também que o plano de ação apresente os nomes dos res-

ponsáveis por cada ação e os prazos de conclusão. Durante a elaboração do cronograma de execução das ações, recomenda-se observar as datas dos feriados estaduais e municipais, as datas comemorativas, os eventos e as festividades locais, além de atentar para os prazos de conclusão das ações de outras áreas, para evitar sobrecarga de atividades junto aos profissionais do município.

É importante estabelecer indicadores de resultado para cada ação planejada. No anexo III, encontra-se uma lista com os 16 indicadores do Programa CRIA, que poderão ser utilizados.

A fase de implementação envolve ações de realização periódica. Durante o processo de implantação do programa, os gestores municipais, os membros do CGM e os técnicos envolvidos nas ações da primeira infância precisam ser constantemente sensibilizados para garantir o envolvimento coletivo e a continuidade do processo.





7) MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O plano é um instrumento vivo e não pode ficar na gaveta. Novas ações podem ser incorporadas e outras modificadas durante todo o processo de implementação do programa. Portanto, para que todos se sintam envolvidos, desejando participar e dar o melhor de si, o que cada um tem a dizer deve ser valorizado, escutado e debatido para que, se for o caso, seja incorporado ao plano.

A convicção da equipe municipal de que cada um tem um conhecimento e uma experiência para enriquecer o conjunto facilita o diálogo e a compreensão coletiva. Portanto, a ocasião é de esclarecimento de dúvidas, sugestões e ponderações técnicas. Isso tudo proporciona

empoderamento, visão sistêmica e motivação, principalmente da equipe que está à frente do programa na cidade.

Ao final do ciclo de dois anos, espera-se que os municípios possam dar continuidade às ações voltadas para a proteção da primeira infância, por meio da implementação do plano de ação municipal, com reaplicação do diagnóstico. Recomenda-se aos municípios consolidarem o Plano Municipal pela Primeira Infância por meio de sanção de Lei Municipal e realizarem periodicamente o monitoramento de sua implementação. No anexo IV, encontra-se um modelo de projeto de Lei que aprova o Plano.



Como se pode perceber, o CRIA é um programa fundamental para Alagoas. Ele foi feito para dar oportunidade de uma vida saudável e produtiva às nossas crianças mais necessitadas. **É a esperança de um futuro melhor para elas.**

Cuidar da primeira infância é responsabilidade de todos em Alagoas, especialmente dos gestores e gestoras municipais. Para funcionar em sua plenitude, **o CRIA precisa estar presente e ativo em todos os 102 municípios alagoanos.**

Este livro-guia é um chamamento a cada prefeita e a cada prefeito em Alagoas para implantar e manter o CRIA funcionando em sua cidade. **As crianças de hoje, com certeza, serão gratas amanhã e sempre.**



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. Lei nº 7.965, de 9 de janeiro de 2018. Institui o Programa Criança Alagoana – CRIA. Diário Oficial do Estado de Alagoas: Poder Executivo, Maceió, AL, ano 106, n. 743, p. 1-4, 10 jan. 2018.

ALAGOAS. Decreto nº 68.919, de 22 de janeiro de 2020. Regulamenta a Lei nº 7.965, que instituiu o Programa Criança Alagoana – CRIA. Diário Oficial do Estado de Alagoas: Poder Executivo, Maceió, AL, ano 108, n. 1249, p. 1-2, 23 jan. 2020.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD AT HARVARD UNIVERSITY. Brain Architecture. Disponível em: <<https://developingchild.harvard.edu/science/key-concepts/brain-architecture/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

COENH, Steven et al. Três Princípios para Obter Resultados Melhores para as Crianças e as Famílias. Center on the Developing Child at Harvard University. (2017). Disponível em: <<https://developingchild.harvard.edu/translation/3-principios-para-obter-resultados-melhores-para-as-criancas-e-as-familias/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

HECKMAN, James. Investir no Desenvolvimento na Primeira Infância: Reduzir Déficits, Fortalecer a Economia. Disponível em: <<https://heckmanequation.org/resource/invest-in-early-childhood-development-reduce-deficits-strengthen-the-economy/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

HECKMAN, James. James Heckman Muda a Equação para a Prosperidade Americana. Disponível em: https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D_Heckman_FMCSVbrochure_012215.pdf. Acesso em: 26 nov. 2019.

MARINO, Eduardo [org. et. al.]. Dez Passos para Implementar um Programa para a Primeiríssima Infância. 1. ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014. (Coleção Primeiríssima Infância; v. 1).

PRIMEIRA INFÂNCIA EM PAUTA: Um Guia para Aprimorar a Comunicação dessa Fase Fundamental da Vida. Disponível em: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-o-desenvolvimento-cerebral.html>> Acesso em: 19 nov. 2019.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (Brasil). Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Centro de Criação de Imagem Popular – CECIP, 2017.

ROWAN, Cris. Tech Neglect – Precoccupation with Technology Results in Injury and Brain Damage to Children. Disponível em: <<http://movingtolearn.ca/2012/tech-neglect-precoccupation-with-technology-results-in-injury-and-brain-damage-to-children>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SANTOS, Daniel [redator et. AL.]. Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. Estudo n. I: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. 1. ed, São Paulo. 2014. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

PERRY, Bruce. Childhood Experience and the Expression of Genetic Potential: What Childhood Neglect Tells Us About Nature and Nurture. Brain and Mind. 3. Pag. 79-100. Abril, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/225759011_Childhood_Experience_and_the_Expression_of_Genetic_Potential_What_Childhood_Neglect_Tells_Us_About_Nature_and_Nurture>. Acesso em 26 nov. 2019.

MINI GLOSSÁRIO

C

CAPITAL HUMANO

Conjunto de características individuais que determinam, juntamente com variáveis de contexto, os níveis de bem-estar dos indivíduos em suas diversas dimensões.

CÉREBRO

O cérebro faz parte do sistema nervoso e controla todos os processos do corpo. Protegido pelo crânio, ele comanda o nosso crescimento e desenvolvimento.

D

DESENVOLVIMENTO

Construção e aquisição de novas habilidades de forma contínua, dinâmica e progressiva para a realização de funções cada vez mais complexas. O conceito é amplo e engloba o crescimento e a maturação em diversos contextos.

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Relaciona-se às funções ditas mentais superiores, como a memória, a associação, o raciocínio dedutivo, a capacidade de planejamento, dentre outras.

DESENVOLVIMENTO PLENO

Ao falar de desenvolvimento pleno, considera-se o desenvolvimento de aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos.

E

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, sancionada em 13 de julho de 1990. É o conjunto de normas que tem como objetivo a proteção.

ESTRESSE TÓXICO

Ocorre quando a criança vivencia adversidades por um período prolongado sem o suporte de um adulto. O estresse tóxico pode interromper o desenvolvimento saudável do cérebro e de outros sistemas do corpo, aumentando o risco de uma série de doenças. Entre essas adversidades estão: abuso físico e emocional, negligência, exposição à violência ou à pobreza extrema.

F

FUNÇÃO EXECUTIVA E HABILIDADES DE AUTORREGULAÇÃO

Trata-se do processo mental que permite o planejamento, o foco, a memorização e o equilíbrio de múltiplas funções.

J

JANELA DE OPORTUNIDADE

Período sensível em que a aprendizagem de habilidades ou o desenvolvimento de aptidões e competências se faz de modo mais facilitado.

M

MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Lei nº 13.257/2016: Uma lei que pavimenta o caminho entre o que a ciência diz sobre as crianças, do nascimento aos 6 anos, e o que deve determinar a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância.

N

NEURÔNIO

Célula do cérebro.

P

PERÍODO SENSÍVEL

Momentos de maior capacidade de modificação e maleabilidade dos circuitos cerebrais em resposta a determinada experiência ambiental.

PLANO DE AÇÃO

É o resultado do planejamento detalhado e metódico das ações necessárias para conclusão de um serviço, projeto ou solução de um problema, de forma que se possa atingir os melhores resultados.

PRIMEIRA INFÂNCIA

Período que abrange os primeiros seis anos completos, os primeiros 72 meses de vida da criança, conforme define o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016).

S

SINAPSE

É o processo que ocorre sempre que neurônios recebem um estímulo. É o ponto de contato entre eles. As sinapses constroem caminhos que permitem conexões entre as diferentes áreas do cérebro.

ANEXO I

MODELO DE DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA PARA O MUNICÍPIO

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O instrumento DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA tem como objetivo contextualizar a realidade social, de saúde e educação e as ações voltadas à primeira infância no município. Contempla dados referentes às gestantes, às crianças e às famílias, atendimentos institucionais de Educação, Saúde e Assistência Social. Os dados obtidos através do preenchimento do presente documento possibilitam visualizar estratégias de implantação e implementação das ações voltadas à primeira infância. As informações necessárias ao preenchimento do instrumento poderão ser obtidas através de fontes de dados oficiais, disponíveis em todos os municípios e que normalmente subsidiam os respectivos Planos Municipais.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. O preenchimento deverá ser realizado por técnico designado pelo gestor municipal com dados obtidos nos sistemas de informação oficiais e/ou bancos de dados municipais.
2. Os dados socioeconômicos e demográficos deverão ser extraídos do último Censo do IBGE.
3. Para efeito deste diagnóstico será considerada a caracterização de área URBANA e RURAL adotada pelo município em seu planejamento territorial (Plano Diretor Municipal).
4. Para cada indicador deste diagnóstico deverá respeitar a fonte de informação sugerida.
5. No caso de dificuldade para conseguir encontrar o dado, contatar as respectivas Secretarias de Estado solicitando apoio técnico com as áreas responsáveis.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome Cargo/Função no município:	
Tempo no exercício da função:	
E-mail - Telefone/Fax Comercial:	
Telefone celular:	
Período do preenchimento (mês/ano):	

1. DADOS DE CONTEXTO

DADOS SOCIOECONÔMICOS		FONTE/LINK		
Unidade Federativa:	AL	https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Município:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Localização:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Macrorregião:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Microrregião:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
População Censo IBGE:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Extensão territorial (km²):		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Densidade demográfica (hab./km²):		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Distância da capital:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Municípios limítrofes:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
Taxa de analfabetismo:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
IDH:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
PIB:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
PIB per capita:		https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama (PÚBLICO)		
DADOS DEMOGRÁFICOS				
	URBANA	RURAL	TOTAL	FONTE
População Total				IBGE
Nº de Nascidos Vivos				SINASC/SMS
Nº Crianças de 0 a 3 anos				IBGE
Nº Crianças de 3 a 6 anos				IBGE
Nº de Gestantes				e-SUS/PEC/SMS
Nº Famílias/Domicílios				e-SUS/SMS
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO				
Nome do prefeito:				
Endereço da prefeitura:				
Telefone:				
E-mail:				
Nome do articulador local de primeira infância:				
Telefone:				
E-mail:				

2. DADOS DE SAÚDE

2.1. INDICADORES DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL

INDICADORES	Unidade de medida	Fonte	Resultado
Nº de gestantes com primeira consulta odontológica programática	Número absoluto	e-SUS AB / PEC - SMS	
Nº de gestantes com tratamento odontológico concluído	Número absoluto	e-SUS AB / PEC - SMS	
Nº de gestantes com pré-natal iniciado no 1º trimestre de gestação	Número absoluto	e-SUS AB / PEC - SMS	
Nº de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal	Número absoluto	SINASC/SMS	
Nº de gestantes com idades entre 10 e 19 anos	Número absoluto	e-SUS AB / PEC - SMS	
Nº de doses aplicadas de Hepatite B em gestante	Número absoluto	SI-PNI, APIWEB/SMS	
Nº de doses aplicadas de DT em gestante	Número absoluto	SI-PNI, APIWEB/SMS	
Cobertura vacinal de dTpa para gestante	Percentual (%)	DATASUS-TABNET	
Nº de gestantes com testes rápidos de HIV	Número absoluto	SISLOG Lab	
Nº de gestantes com testes rápidos de Sífilis	Número absoluto	SISLOG Lab	
Nº de gestantes com testes rápidos de Hepatite B	Número absoluto	SISLOG Lab	
Nº de gestantes com testes rápidos de Hepatite C	Número absoluto	SISLOG Lab	
Nº de gestantes com diagnóstico de sífilis	Número absoluto	SINAN/SMS	
Nº de gestantes diagnosticadas para sífilis com VDRL realizado	Número absoluto	SINAN/SMS	
Nº de gestantes diagnosticadas para sífilis com tratamento adequado ¹	Número absoluto	SINAN/SMS	
Nº de gestantes com HIV +	Número absoluto	SINAN/SMS	
Nº de partos normais	Número absoluto	SINASC/SMS	
Nº de cesarianas	Número absoluto	SINASC/SMS	
Nº de nascidos vivos com idade gestacional inferior a 37 semanas	Número absoluto	SINASC/SMS	
Nº nascidos vivos com baixo peso ao nascer (<2.500g)	Número absoluto	SINASC/SMS	

¹ Nota: É considerado tratamento adequado para sífilis em gestante: três doses de 2.400.000 UI/IM de Penicilina Benzatina (total de 7.200.000 UI/IM), sendo o tratamento iniciado 30 dias antes do parto.

Nº de crianças em Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até 6 meses	Número absoluto	SISVAN/SMS	
Nº de recém-nascidos com teste de triagem neonatal (teste do pezinho)	Número absoluto	SMS	
Nº de recém-nascidos com teste de triagem neonatal (teste do pezinho) realizado entre o 3º e 5º dia de vida	Número absoluto	SMS	
Cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano para vacina Pentavalente	Percentual (%)	SI-PNI/SMS	
Cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano para vacina Pneumocócica	Percentual (%)	SI-PNI/SMS	
Cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano para vacina VIP (Poliomielite)	Percentual (%)	SI-PNI/SMS	
Cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano para vacina Tríplice Viral	Percentual (%)	SI-PNI, APIWEB/SMS	
Nº de crianças com síndrome congênita	Número absoluto	RESP/SMS	
Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	Percentual (%)	Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde/SMS	
Nº de óbitos neonatais (0 a 27 dias de vida)	Número absoluto	SIM/SMS	
Nº de óbitos infantis (menores de 1 ano)	Número absoluto	SIM/SMS	
Nº de óbitos maternos	Número absoluto	SIM/SMS	

2.2. INDICADORES DE SAÚDE VOLTADOS PARA NUTRIÇÃO

INDICADORES	Unidade de medida	Fonte/Link	Resultado
% de gestantes com cobertura do programa de suplementação de ácido fólico	%	Sistema de Micronutrientes (http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/micronutrientes/)	
% de gestantes com cobertura do programa de suplementação de sulfato ferroso	%	Sistema de Micronutrientes (http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/micronutrientes/)	
% de crianças com cobertura do programa de suplementação de sulfato ferroso	%	Sistema de Micronutrientes (http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/micronutrientes/)	
% de crianças com cobertura do programa de suplementação de Vitamina A	%	Sistema de Micronutrientes (http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/micronutrientes/)	
Número de crianças com perfil saúde, beneficiárias do Programa Bolsa Família	Número absoluto	DATASUS http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp	
Número de crianças com dados nutricionais, beneficiárias do Programa Bolsa Família	Número absoluto	DATASUS http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp	
Taxa de desnutrição crônica em crianças menores de 5 anos	%	Sisvan http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2/	
Taxa de obesidade em crianças menores de 5 anos	%	Sisvan http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2/	

2.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO

REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE				
INSTITUIÇÕES	GESTÃO*		TOTAL*	FONTE
	PÚBLICA	PRIVADA		
Hospital				SMS
UPA 24h				SMS
Clínica especializada				SMS
Maternidade				SMS
Centro de Parto Normal				SMS
Casa de Parto				
Unidade Básica de Saúde - UBS				SMS
Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF				SMS
Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - CAPSi				SMS
Rede de frio				SMS
Salas de Vacina adequada de acordo com a preconização MS				SMS
Laboratório				SMS

*Nota: preencher com NÚMERO ABSOLUTO

2.4. EQUIPAMENTOS ANTROPOMÉTRICOS

EQUIPAMENTOS ANTROPOMÉTRICOS POR UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME PRECONIZADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE (*balança pediátrica, balança plataforma, infantômetro e estadiômetro)		
Nome da Unidade Básica de Saúde	SIM	NÃO

*É fundamental que cada UBS possua TODOS equipamentos mencionados acima. Não considerar a presença parcial de equipamentos. Não considerar equipamentos com defeitos, quebrados ou incompletos.

Estratégia de Saúde da Família						
Identificação da ESF (Nome da Unidade e N° do PSF)	Zona*	N° de médicos	N° de enfermeiros	N° de odontólogos	N° de técnicos de enfermagem	N° ACS

*Nota: preencher com (U) para Zona Urbana ou (R) para Zona Rural.

2.5. NÚMERO DE PROFISSIONAIS, POR ESPECIALIDADE, QUE ATUAM NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO

ESPECIALIDADE	QUANTITATIVO DE PESSOAL
Assistente Social	
Enfermeiro	
Enfermeiro Obstétrico	
Fisioterapeuta	
Fonoaudiólogo	
Ginecologista	
Nutricionista	
Obstetra	
Odontólogo	
Pediatra	
Psicólogo	
Psiquiatra	
Outra/Especifique:	

3. DADOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL

INDICADORES	N°	Fonte/Link
N° de matrículas de crianças em creches		http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/
N° de matrículas de crianças na pré-escola		http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/
N° de professores na creche		http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/ (RESTRITO)
N° de professores na pré-escola		http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/ (RESTRITO)
N° de creches		
N° de creches na área urbana		
N° de creches na área rural		
N° de creches de atendimento integral		http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/ (RESTRITO)
N° de estabelecimentos de educação com salas* de creche		
N° de pré-escolas		

Nº de pré-escolas na área urbana		
Nº de pré-escolas na área rural		
Nº de pré-escolas de atendimento integral		http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/
Nº de estabelecimentos de educação com salas** de pré-escola		
Nº de crianças com deficiência na educação infantil inseridas no Censo Escolar.		http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/ (RESTRITO)
Nº de crianças com deficiência inseridas em programa de atendimento especializado.		SEMED (RESTRITO)
Nº de instituições de educação infantil que possuem conselho escolar.		SEMED (RESTRITO)

*Salas de creche - salas disponibilizadas e adaptadas em espaços diversos: escolas, igrejas, etc.
 **Salas de pré-escola - salas disponibilizadas e adaptadas em espaços diversos: escolas, igrejas, etc.

3.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PRIVADA E ONGS

INSTITUIÇÕES	PRIVADO		ONGs		TOTAL
	Área Urbana	Área Rural	Área Urbana	Área Rural	
Nº de matrículas de crianças em creches					
Nº de matrículas de crianças na pré-escola					
Nº de professores na creche					
Nº de professores na pré-escola					
Nº de creches					
Nº de creches na área urbana					
Nº de creches na área rural					
Nº de creches de atendimento integral					
Nº de estabelecimentos de educação com salas* de creche					
Nº de pré-escolas					
Nº de pré-escolas na área urbana					
Nº de pré-escolas na área rural					
Nº de pré-escolas de atendimento integral					
Nº de estabelecimentos de educação com salas** de pré-escola					

*Salas de creche - salas disponibilizadas e adaptadas em espaços diversos: escolas, igrejas, etc.
 **Salas de pré-escola - salas disponibilizadas e adaptadas em espaços diversos: escolas, igrejas, etc.

4. DADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1. INDICADORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

NOME DO INDICADOR	Nº / %	Fonte/Link
Nº de famílias com crianças até 6 anos inseridas no CadÚnico	Número absoluto	http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/ (RESTRITO)
Nº de famílias inseridas no Programa Bolsa Família com crianças até 6 anos	Número absoluto	http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/ (RESTRITO)
Nº de famílias participantes no Programa Criança Feliz com crianças até 36 meses	Número absoluto	http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/ (RESTRITO)
Nº de famílias participantes no Programa Criança Feliz com crianças (até 6 anos) com deficiência	Número absoluto	http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/ (RESTRITO)
Nº de crianças de 0 a 6 beneficiárias do BPC no município	Número absoluto	http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web/login.action?url=http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola/ (RESTRITO)
Nº de famílias participantes no Programa Criança Feliz com gestantes	Número absoluto	http://aplicacoes.mds.gov.br/prontuario/ (RESTRITO)
Nº de indivíduos visitados pelo programa Criança Feliz	Número absoluto	http://aplicacoes.mds.gov.br/prontuario/ (RESTRITO)
Nº de Crianças de 0 a 6 anos inseridas nos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	Percentual (%)	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php (RESTRITO)
Nº de benefícios variável gestante no município	Número absoluto	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Benef%C3%ADcios (PÚBLICO)
Nº de benefícios variável nutriz no município	Número absoluto	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Benef%C3%ADcios (PÚBLICO)
Nº de gestantes beneficiadas por cestas nutricionais	Número absoluto	http://gestaosocial.pontoid.com.br/social/acao/ (RESTRITO)
Nº de nutrizes beneficiadas por cestas nutricionais	Número absoluto	http://gestaosocial.pontoid.com.br/social/acao/ (RESTRITO)
Nº de crianças de 6 a 24 meses beneficiadas com cestas básicas	Número absoluto	http://gestaosocial.pontoid.com.br/social/acao/ (RESTRITO)

Obs.: ver com Saúde Nº de crianças afetadas pelo Zika vírus + STORCH.

EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Equipamento Social	Qtd.	Total de Atendimentos/Ano		
			Indivíduos	Crianças (0 a 6 anos)	Famílias Cadastradas
Proteção Social Básica PSB	CRAS				
Proteção Social Especial PSE	CREAS				
Segurança Alimentar	Restaurante Popular				
	Casa de Sopa				
	Complexo Nutricional				

*Dado referido pelo município

4.2. NÚMERO DE PROFISSIONAIS, POR ESPECIALIDADE, QUE ATUAM NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO DE PESSOAL
Assistente Social		
Psicólogo		
Pedagogo		
Advogado		
Outra/Especifique:		

5. TERRITÓRIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO (BAIRRO, DISTRITO, POVOADO)

Nome do território	Nº Famílias	Total de Atendimentos/Ano		
		Nº de crianças de 0 a 3 anos	Nº de crianças de 3 a 6 anos	Gestantes
Outras informações:				

*Dado referido pelo município

6. PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

	Sím	Não
O município aderiu ao programa?		
O município já iniciou as visitas domiciliares?		

	Qtd.
Quantidade de supervisores	
Quantidade de visitantes	
Meta do município	

7. REDE LOCAL

7.1. ORGANIZAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Participação Popular	Sím	Não
Associações comunitárias		
Entidades de classe (sindicatos e cooperativas)		
Outras/Especifique:		
Especifique as associações, sindicatos, cooperativas e outros:		

*Dado referido pelo município

7.2. ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL

Controle Social	Sím	Não
Conselho municipal da Assistência Social		
Conselho municipal de Educação		
Conselho municipal de Saúde		
Conselhos escolares		
Conselho municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes		
Outros/Especifique:		

*Dado referido pelo município

7.3. MEDIDAS PROTETIVAS

Medidas Protetivas	Sím	Não
Conselho Tutelar		
Outros/Especifique:		

ANEXO III
INDICADORES DO PROGRAMA CRIA

SAÚDE

Indicador	Unidade de Medida	Polaridade
Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal preconizada	%	Maior-melhor
Taxa de mortalidade infantil/Número de óbitos infantis segundo município de residência	Por 1.000 nascidos vivos (taxa) ou número absoluto (para municípios com população inferior a 100 mil habitantes)	Menor-melhor
Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número absoluto	Menor-melhor
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Número absoluto	Menor-melhor
Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar	%	Maior-melhor
Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal, por local de residência da mãe	%	Maior-melhor
Cobertura de triagem neonatal biológica (Teste do Pezinho)	%	Maior-melhor

NUTRIÇÃO

Indicador	Unidade de Medida	Polaridade
% de crianças menores de 5 anos com desnutrição crônica	%	Menor-melhor
% de crianças menores de 5 anos com obesidade	%	Menor-melhor
% de gestantes com adequado estado nutricional	%	Maior-melhor

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Indicador	Unidade de Medida	Polaridade
Cobertura do Benefício Variável à Gestante (BVG)	%	Maior-melhor
Número de beneficiários do Benefício Variável à Nutriz (BVN)	Número absoluto	Maior-melhor
Número de beneficiários do BPC na faixa etária de 0 a 6 anos	Número absoluto	Maior-melhor
% de indivíduos visitados para estímulo ao desenvolvimento infantil em relação à meta pactuada	%	Maior-melhor
% de municípios que realizaram visitas para estímulo ao desenvolvimento infantil	%	Maior-melhor
Número de indivíduos atendidos com visitas de estímulo ao desenvolvimento infantil	Número absoluto	Maior-melhor

As informações completas para cada indicador encontram-se na Ficha de Qualificação de Indicadores disponível na plataforma www.cria.al.gov.br.

ANEXO IV
MODELO DE PROJETO DE LEI QUE APROVA O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Projeto de Lei de aprovação do Plano Municipal pela Primeira Infância

Do Poder Executivo

PL no...

Aprova o Plano Municipal pela Primeira Infância de (nome do município)

Art. 1º – Fica aprovado o Plano Municipal pela Primeira Infância de (nome do município) constante do documento anexo, com vigência até..., que visa ao atendimento dos direitos da criança desde a gestação até 6 anos de idade.

Art. 2º – Do Plano Municipal pela Primeira Infância referido no art. 1º, constam: objetivos específicos, ações/atividades, responsáveis, recursos financeiros necessários, prazos, metas, indicador (como medir), situação e justificativas.

Art. 3º – As ações constantes do Plano Municipal pela Primeira Infância de (nome do município) ficam incorporadas ao Plano Plurianual como ações transversais aos objetivos, metas e programas do PPA.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.







cria

CRANÇA ALAGOANA



GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHAR MAIS PARA FAZER MAIS